

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Os administradores da CONASA INFRAESTRUTURA S.A. (nova denominação social da CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO) ("CONASA" ou "Companhia") apresentam as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais, exceto quando expressamente indicadas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante o exercício de 2015, a Companhia promoveu relevantes melhorias operacionais e de desempenho financeiro, diretamente e através de suas subsidiárias.

O capital social da empresa passou de R\$ 141.584 para R\$ 158.187, através de capitalizações feitas pelo INFRA Saneamento Fundo de Investimento em Participações. Desse aumento de capital, o valor de R\$ 13.818 foi integralizado pelos acionistas com debêntures da coligada Sanesalto Saneamento S/A. As debêntures foram integralizadas pelo preço unitário na data, não havendo ágio ou deságio na operação. A partir da integralização a CONASA passa a receber a remuneração de 6,25% a.a. somada a atualização monetária pelo IGP-M, durante o prazo da debênture que vencerá em 2025. Estrategicamente, a CONASA aumenta sua participação nos resultados da Sanesalto, como acionista e credora.

No exercício de 2015, entre os ativos investidos pela CONASA, o de iluminação pública apresentou uma significativa evolução. O setor passou por mudança regulatória promovida pela Resolução Normativa ANEEL nº414/10. A CONASA, através da URBELUZ que já detém a PPP de iluminação pública em São João do Meriti, sagrou-se vencedora de mais uma PPP, em Caraguatatuba, São Paulo. Nessa PPP, serão investidos mais de R\$ 70.000 para substituição de cerca de 20.000 luminárias em LED e outros investimentos em automação e eficiência.

No setor de tratamento de água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes industriais, a CONASA avançou muito durante o ano de 2015. A Águas de Itapema concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, firmando o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, repactuando investimentos e metas contratuais. Para cumprimento das novas obrigações oriundas do plano de saneamento municipal aprovado em 2014 e contemplado no reequilíbrio, o contrato de concessão foi estendido por mais 15 anos, agora com término no ano de 2044.

A contrapartida para essa receita se dará pela prestação dos serviços e em investimentos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em linha com o que determina o Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado no ano de 2014.

No sistema de abastecimento de água serão investidos R\$ 149.909, e no de esgotamento sanitário os investimentos irão somar R\$ 353.931.

A CONASA também finalizou o termo de aquisição da SANESALTO, concessionária de tratamento de esgoto de Salto, São Paulo. A CONASA adquiriu a SANESALTO em 2013, adquirindo 48,8% das ações. Obtendo aprovação dos debenturistas ou com a quitação das debêntures, receberá o restante das ações.

A SANESALTO iniciou o investimento em expansão e melhoria da capacidade de tratamento da ETE Santa Isabel, com a implantação de sistema de pós tratamento de lodos ativados. O investimento total será de R\$ 13.100, obra iniciada em junho de 2015 e com início de operação em agosto de 2016.

Em julho de 2015 foi assinada a ordem de serviço para a nova concessão da CONASA, que será feita através da concessionária ÁGUAS DE MERITI, responsável pela coleta e afastamento do esgoto sanitário e gestão comercial envolvendo leitura e cobrança, bem como a substituição de hidrômetros, redução de perdas, corte e religação do serviço. A concessionária atenderá 460.000 habitantes, ampliando o percentual de esgoto tratado de 0% para 90% em 5 anos. A distribuição de água e o tratamento de esgoto ficarão a cargo da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE).

A receita líquida operacional consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, passando de R\$ 60.066 em 2014 para R\$ 123.800 em 2015. A elevação de receitas advém essencialmente do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias, bem como do aumento de capital na URBELUZ que permitiu a consolidação contábil.

Vale ressaltar que na receita consolidada da CONASA não apresenta a consolidação contábil das participações na SANESALTO, cuja receita somou R\$ 23.948, concessionária sobre a qual detém 100% dos direitos econômicos, e na ÁGUAS DE MERITI, concessionária a qual detém 49% das cotas.

A SANETRAT concluiu em 2015 a ampliação e atualização tecnológica da estação de tratamento de efluentes industriais ("ETEI"), localizada na cidade de Salto, São Paulo, que proporcionou crescimento orgânico de 27% em seu faturamento, comparado com o ano anterior. Além disso, iniciou o processo de instalação da ETEI em Porto Belo - SC.

A ÁGUAS DE SANTO ANTONIO realizou até o momento investimentos de R\$ 7.102. Uma série de investimentos no sistema de abastecimento de água do município estão programados para o ano de 2016, visando ampliar e melhorar a infraestrutura do sistema e aumentar a população atendida com água de qualidade.

A CONASA apresentou lucro líquido de R\$ 25.548 no ano de 2015, ante R\$ 10.000 em 2014.

O resultado reflete a execução do plano de negócios da CONASA, essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

A direção da CONASA reitera o compromisso em prover a expansão da infraestrutura sob sua responsabilidade, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico financeira dos investimentos realizados.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia vem solidificando sua estruturação financeira através de aportes do acionista e pela conquista de novos negócios.

Até 2015, o foco da Companhia foi a redução da razão Dívida Líquida por EBITDA, que passou de 10,9 para 1,7. Tal redução foi possível através do aumento de receita pelo desenvolvimento de novos negócios e pela amortização da dívida de longo prazo.

Foi importante também a redução de custos e eficiência operacional gerada pela centralização das atividades das investidas na CONASA.

RECEITAS

A receita líquida operacional consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, saindo de R\$ 60.066 em 2014 para R\$ 123.800 em 2015. A elevação de receitas advém essencialmente do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias, bem como do aumento de capital na URBELUZ que permitiu a consolidação contábil.

A presente receita ainda não apresenta a totalidade do potencial da Companhia nas empresas em operação. A receita líquida operacional consolidada deve aumentar com o início de operação de projetos em desenvolvimento, aumento de receita das concessões com as revisões tarifárias e reequilíbrios econômico financeiros de contratos e consolidação contábil da SANESALTO quando da transferência das ações, a partir da aprovação dos debenturistas para troca de controle.

CUSTOS E DESPESAS

Os custos, excluídos os efeitos de custos de construção e amortização do ativo intangível, somaram R\$ 51.773, e as despesas, excluídos os efeitos de PECLD e depreciação do ativo imobilizado, R\$ 24.898.

Primeiramente, o impacto no comparativo entre 2014 e 2015 reflete a consolidação contábil da URBELUZ, a qual apresentou custos de R\$ 40.051 e despesas de R\$ 8.113.

O aumento de energia elétrica acima da inflação, desde outubro de 2014, com a implantação de bandeira tarifária em janeiro de 2015 e aumento esporádico em março de 2015, impactou diretamente o custo da Companhia e suas subsidiárias. Os reajustes tarifários tendem a absorver os aumentos e, em alguns casos, as subsidiárias vêm sendo ressarcidas dos custos pela bandeira tarifária, em reequilíbrio dos Contratos de Concessão.

EBITDA

Evolução do EBITDA nos últimos três anos deve-se ao resultado de uma rígida política de redução de custo e aumento da eficiência da operação.

EBITDA	2015	2014	2013
Lucro Líquido	25.548	10.000	(11.562)
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.042	2.015	1.571
Depreciação e Amortização	6.333	5.245	3.903
Amortização do Ativo Financeiro	631	(5.653)	(853)
Resultado Financeiro	12.175	10.227	11.810
EBITDA	49.729	21.834	4.869
Margem EBITDA	45,24%	44,96%	12,29%

RESULTADO FINANCEIRO

Quanto às despesas financeiras, o aumento da inflação em 2015 impactou diretamente o resultado financeiro, pela atualização monetária do passivo. Com um IGP-M acumulado de 10,54% e IPCA de 10,67%, muito acima da meta estabelecida pelo Governo Federal, as despesas financeiras atingiram R\$ 12.175, contra R\$ 10.227 em 2014. Esse fator tende a ser atenuado pelas revisões tarifárias em 2016, que incluirão a inflação do período.

LUCRO

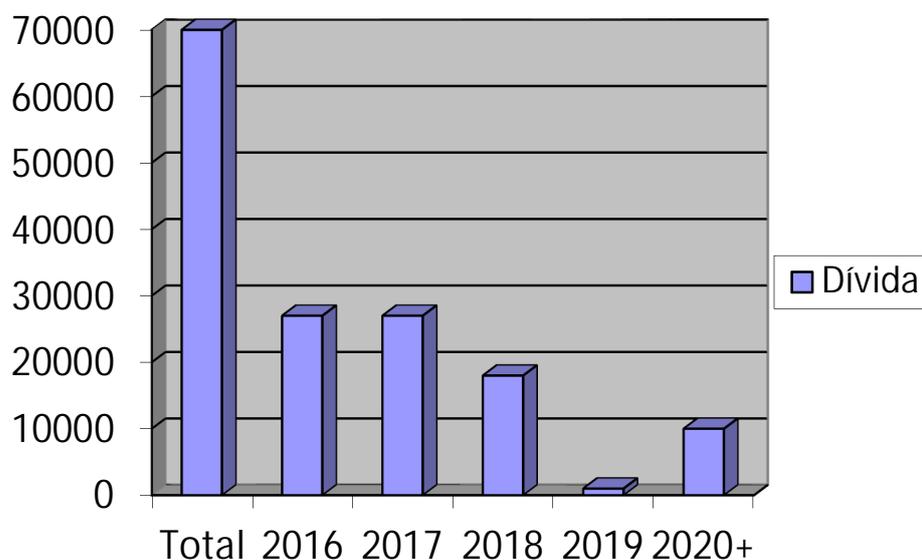
A CONASA apresentou lucro líquido de R\$ 25.548 no ano de 2015, ante R\$ 10.000 em 2014.

O resultado reflete a execução do plano de negócios da CONASA, essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

PASSIVOS

Os passivos consolidados da Companhia se concentram nos financiamentos de longo prazo estruturados para realização de investimento pelas concessionárias.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.



Pela natureza do financiamento de longo prazo, os fluxos de caixa operacionais das investidas serão suficientes para pagamento das obrigações.

DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

EBITDA	2015	2014	2013
Lucro Líquido	25.548	10.000	(11.562)
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.042	2.015	1.571
Depreciação e Amortização	6.333	5.245	3.903
Amortização do Ativo Financeiro	631	(5.653)	(853)
Resultado Financeiro	12.175	10.227	11.810
EBITDA	49.729	21.834	4.869
Margem EBITDA	45,24%	44,96%	12,29%
Dívida Bruta	94.779	77.090	68.178
Disponibilidades	5.012	20.294	2.535
Conta Reserva	4.262	3.405	3.165
Dívida Líquida	85.505	53.391	62.478
Dívida Líquida EBITDA	1,72 x	2,45 x	10,92 x

A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e suas investidas e solidez financeira agregada nos últimos anos com a execução do plano de negócios.

A redução do indicador se deu essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas, previstas em cada plano de negócios, e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

Conforme já comentado, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para o cumprimento das obrigações contratuais de investimento nos projetos operacionais e para pagamento dos financiamentos já contratados. Além disso, o atual nível de geração de caixa e alavancagem permitirão a conquista de novos negócios e o financiamento dos investimentos.

ATIVOS

Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em investimentos realizados nos atuais projetos operacionais, especialmente nos ativos intangíveis vinculados às concessões e PPPs. Os ativos intangíveis concentram a totalidade dos investimentos que serão revertidos aos poderes concedentes ao final de cada período de concessão.

O ativo da Companhia também é composto por Títulos e Valores Mobiliários caracterizados por títulos de dívida de empresas do próprio grupo econômico e outros.

A rubrica de Contas a Receber apresentou um aumento relevante em decorrência da consolidação contábil da URBELUZ. A URBELUZ tem em seu ativo contas a receber de projetos em execução e já executados que somam R\$ 23.110 no encerramento do exercício. Quanto as empresas investidas concessionárias de água e esgoto, mesmo com a crise econômica, a inadimplência tem se mantido em níveis controlados, de aproximadamente 3%.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Conasa Infraestrutura S.A.
Londrina - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Conasa Infraestrutura S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Conasa Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estimativas de perdas com Cédula de Crédito Imobiliário da investida Sanetrat

Conforme divulgado na nota explicativa N° 10 às demonstrações contábeis, o montante de R\$ 31.689 mil refere-se a Cédula de Crédito Imobiliário - CCI de empresa que está em processo de falência e as garantias cedidas a Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat"), estão sendo discutidas judicialmente, sob acompanhamento de seus assessores legais. Em razão da incerteza decorrente de época e depender de decisão judicial, a realização do ativo se mantém assegurada em decorrência do avanço das discussões judiciais e a execução das garantias existentes. Por esse fato, consideramos como um assunto significativo para a auditoria.

Análise de recuperação dos investimentos em contratos de concessão pública

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 14 e 15 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas mantém os montantes de R\$ 87.686 mil e R\$ 2.556 mil registrados no Intangível e no Ativo financeiro, respectivamente, relacionado a investimentos realizados baseados em contratos de concessão de saneamento e iluminação pública. Esses investimentos realizados possuem recuperação ao longo do contrato de concessão, baseado no recebimento de tarifas de serviço prestado aos consumidores. Estas análises de estimativas futuras de fluxo de caixa, descontados a valor presente, refletem a situação de avaliação de usufruto de benefícios econômicos vinculados a estes contratos de concessão. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, baseado no método do valor em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis, portanto, considerado um assunto significativo para a auditoria.

Resposta da auditoria

Como procedimentos de auditoria, adotamos os seguintes: (i) recebimento e avaliação de parecer jurídico sobre a situação do andamento do processo, discussão das garantias vinculadas, prognóstico de possibilidade de execução das garantias, previsão estimada de acordo com situações semelhantes no mercado, sobre o recebimento do recurso relacionado uma vez que o valor das garantias superam o valor ora vinculado a transação da CCI; (ii) avaliação de risco e de estimativas da Companhia no sentido de ter a razoabilidade de recebimento do referido crédito; (iii) análise da divulgação adequada desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nesses procedimentos de auditoria, consideramos que as estimativas avaliadas pela Companhia e sua controlada são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria

Como procedimentos de auditoria, adotamos os seguintes: (i) avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro das unidades geradoras de caixa (UGC), que no caso, são os contratos de concessão individualizados por investida da Companhia, consideradas nas projeções, análises de sensibilidade, integridade da documentação que suporta a execução das projeções incluindo a comparação com os seus planos mais recentes de negócios, razoabilidade dos métodos e premissas utilizadas na análise e a revisão das bases utilizadas na determinação da taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia, e as suas bases de avaliação para a determinação da taxa interna de retorno, no caso específico do ativo financeiro; (ii) análise da adequada divulgação desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as bases de avaliação e a metodologia das avaliações estão adequadas, bem como, as divulgações realizadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contingências

De acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia realiza a avaliação do prognóstico de perda relacionada às causas judiciais em aberto nas quais está envolvida. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração com base na avaliação de seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência relacionada ao tema, bem como outros aspectos aplicáveis. Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados, segundo a probabilidade de risco para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento significativo da Administração, necessário para a determinação se uma provisão deve ser registrada e se é razoável, de acordo com a sua experiência e baseado em seus advogados.

Reconhecimento de receita e ambiente de tecnologia da informação

As receitas de serviços prestados em relação a diversas atividades desempenhas pela Companhia e suas controladas são reconhecidas conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.7.1 às demonstrações contábeis. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações contábeis, o que de forma inerente adiciona componentes de risco de fraude. Observa-se ainda, que as transações serviço de saneamento são processadas substancialmente por meio de rotinas e controles automatizados, bem como, as relacionadas a obras são mensuradas de acordo com o percentual de andamento. Tendo em vista o risco de fraude sobre o processo de reconhecimento da receita e a elevada dependência sistêmica e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita das contas a receber, o ambiente de tecnologia, incluindo o sistema de informação, assim como os controles sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos seus sistemas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria

Como procedimentos de auditoria, adotamos os seguintes: (i) obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, bem como a discussão junto a esses assessores, sobre as causas mais relevantes e seus respectivos prognósticos de perda provável, possível e remota, realizando cruzamento com os relatórios de contingências e os montantes registrados e divulgados nas demonstrações contábeis; (ii) verificamos as movimentações do saldo de provisão para contingências no exercício, analisando as mudanças de prognóstico de perda para processos significativos e a razoabilidade destas mudanças; (iii) avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o valor contábil de provisão para contingências atende aos requisitos descritos no CPC 25/IAS 37, bem como as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) realização de procedimentos de avaliação dos controles internos da Companhia e suas controladas; (ii) análise da conciliação da receita operacional extraídas dos sistemas de faturamento, com os saldos contábeis; (iii) realização de procedimentos analíticos sobre a receitas, baseado em relatórios extraídos dos sistemas de faturamento, consumo do serviço pelas unidades consumidoras, aplicação adequada dos reajustes tarifários determinados pelo Poder Concedente; (iv) avaliação dos da evolução dos custos de obras e o seu alinhamento com o reconhecimento da receita de construção; (v) avaliação dos procedimentos de competência do reconhecimento dos registros contábeis; (vi) avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas mantêm relações e transações relevantes com partes relacionadas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente. As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia e suas controladas, sendo que os resultados poderiam ter sido diferentes, caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Companhia Águas de Santo Antônio S.A.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 34 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a controlada Companhia Águas de Santo Antônio S.A. sofreu uma intervenção municipal do Poder Concedente (Município de Santo Antônio de Pádua) em 22 de fevereiro de 2016, a partir daquele momento a Companhia deixou de manter controle operacional sobre os ativos dessa controlada, na qual, posteriormente, em janeiro de 2017 foi declarada a caducidade da concessão. A Administração da Companhia está discutindo administrativamente e judicialmente essa questão com o Poder Concedente, inclusive sobre o montante de indenização. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3.1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que descreve a reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, em virtude de revisão de certas práticas contábeis relacionadas aos assuntos descritos na referida nota explicativa. Este relatório substitui o originalmente emitido em 28 de março de 2017. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Londrina, 13 de junho de 2018.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	24	8.991	9.191	123.800	60.066
Custos dos serviços prestados	25	(4.450)	(3.962)	(70.976)	(31.245)
Lucro bruto		4.541	5.229	52.824	28.821
Despesas / receitas operacionais		18.981	6.766	(8.665)	(5.790)
Despesas gerais e administrativas	26	(10.648)	(13.046)	(26.773)	(20.391)
Despesas comerciais	26	(702)	-	(2.771)	(3.507)
Outras receitas (despesas)	27	20.751	16.377	21.611	18.014
Resultado com equivalência patrimonial	12	9.580	3.435	(732)	94
Resultado operacional antes do efeitos financeiros		23.522	11.995	44.159	23.031
Resultado financeiro		11	(865)	(12.175)	(10.227)
Despesas financeiras	28	(408)	(866)	(18.132)	(15.880)
Receitas financeiras	28	419	1	5.957	5.653
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		23.533	11.130	31.984	12.804
Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente)	29	(413)	(341)	(5.042)	(2.015)
Lucro líquido proveniente de operações em continuidade		23.120	10.789	26.942	10.789
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	11	(1.167)	(660)	(1.394)	(789)
Lucro líquido do exercício		21.953	10.129	25.548	10.000
Atribuível ao controlador				21.953	10.129
Atribuível ao não controlador				3.595	(129)
Lucro por ação - Reais	30	0,1388	0,0715	0,1388	0,0715

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	21.953	10.129	25.548	10.000
Total do resultado abrangente do exercício	<u>21.953</u>	<u>10.129</u>	<u>25.548</u>	<u>10.000</u>
Atribuível ao controlador			21.953	10.129
Atribuível ao não controlador			3.595	(129)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado							
	Controladora					Total	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados			
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	48.484	-	-	-	(26.100)	22.384	-	22.384
Aumento de capital	93.100	-	-	-	-	93.100	-	93.100
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	4.351	4.351
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.129	10.129	(129)	10.000
Saldos em 31 de dezembro de 2014	141.584	-	-	-	(15.971)	125.613	4.222	129.835
Aumento de capital	16.603	151	-	-	-	16.754	-	16.754
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	6.305	6.305
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.953	21.953	3.595	25.548
Destinação do resultado:								
- Constituição reserva legal	-	-	299	-	(299)	-	-	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.420)	(1.420)	-	(1.420)
- Reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.263	(4.263)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	158.187	151	299	4.263	-	162.900	14.122	177.022

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	21.953	10.129	25.548	10.000
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	222	263	6.333	5.245
Provisão para contingências	213	(3)	(18)	(2.153)
Juros apropriados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	113	89	11.896	13.407
Juros apropriados sobre parcelamentos	241	-	471	1.619
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários	-	-	(1.433)	(4.860)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(3.296)	3.050
Imposto de renda e contribuição social	413	-	5.042	-
Resultado de equivalência patrimonial	(9.580)	(3.435)	732	(94)
Compra vantajosa gerado através da combinação de negócios	(19.917)	(16.377)	(19.917)	(16.377)
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	1.167	660	1.394	789
Resultado atribuído a não controlador	-	-	(3.595)	-
(Aumento) / redução líquido nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(256)	(228)	2.119	(2.844)
Demais contas a receber e adiantamentos	1.317	(1.504)	5.866	(4.295)
Créditos tributários	(566)	-	(1.441)	-
Ativo financeiro (recebimento da CIP)	-	-	595	(92)
Ativos destinados às aplicações nas concessões e serviços	-	-	(2.967)	-
Aumento /(redução) líquido nos passivos:				
Fornecedores	534	(366)	108	372
Encargos tributários a pagar	(372)	548	(1.435)	2.422
Salários e encargos sociais a pagar	215	256	584	692
Impostos e contribuições parcelados	(82)	-	(1.800)	-
Demais contas a pagar	-	10	(6.223)	18
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(4.385)	(9.958)	18.563	6.899
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(33)	(147)	(12.895)	(20.670)
Aquisição de títulos de dívidas	(13.818)	-	(13.818)	(39.485)
Ativo financeiro (investimentos na infraestrutura da concessão)	-	-	(3.151)	-
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	-	6.032	-	6.109
Caixa líquido de aquisição de companhias	-	-	224	(2.166)
Aquisição de controlada	(18.675)	-	(18.675)	-
Investimentos no "Ativo classificado como mantidos para venda"	-	-	(2.968)	2.249
Aquisição de ativo classificado como mantido para venda Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	-	(5.965)	-	(25.092)
Varição do Investimento em empresas, novas controladas/coligadas	-	(199)	-	-
Reflexo de Investimentos em empresas coligadas/controladas	-	(3.300)	-	(3.490)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(32.526)	(3.579)	(51.283)	(82.545)
Terceiros:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	187	262	348	(4.245)
Acionistas:				
Empréstimos entre partes relacionadas	1.135	(61.332)	(1.386)	199
Participação de não controladores	-	-	1.722	4.351
Adiantamento para futuro aumento de capital	151	-	151	-
Integralização de capital	16.603	93.100	16.603	93.100
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	18.076	32.030	17.438	93.405
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(18.835)	18.493	(15.282)	17.759
Caixa e equivalente de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.479	986	20.294	2.535
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	644	19.479	5.012	20.294
	(18.835)	18.493	(15.282)	17.759

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas de prestação de serviços	9.503	9.714	117.126	63.088
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	13.880	-
	<u>9.503</u>	<u>9.714</u>	<u>131.006</u>	<u>63.088</u>
Insumos adquiridos de terceiros	(10.045)	(12.191)	(84.002)	(34.465)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(10.045)	(12.191)	(17.312)	(13.715)
Custo de construção	-	-	(13.880)	(11.500)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	(52.810)	(9.250)
	<u>(542)</u>	<u>(2.477)</u>	<u>47.004</u>	<u>28.623</u>
Valor adicionado bruto				
Depreciações e amortizações	(222)	(263)	(6.333)	(5.245)
Valor adicionado líquido	<u>(764)</u>	<u>(2.740)</u>	<u>40.671</u>	<u>23.378</u>
Resultado da equivalência patrimonial	8.413	2.775	(2.126)	(695)
Receitas financeiras	419	1	5.957	5.653
Outros	19.917	15.877	19.917	11.758
Valor adicionado total a distribuir	<u>27.985</u>	<u>15.913</u>	<u>64.419</u>	<u>40.094</u>
Pessoal				
Remuneração direta/Benefícios /FGTS	4.698	3.892	12.619	10.036
	<u>4.698</u>	<u>3.892</u>	<u>12.619</u>	<u>10.036</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais/Estaduais/Municipais	926	865	12.182	2.477
	<u>926</u>	<u>865</u>	<u>12.182</u>	<u>2.477</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Aluguéis	-	-	1.549	1.701
Juros e Variações Monetárias	383	687	12.521	15.026
Outras	25	340	-	854
	<u>408</u>	<u>1.027</u>	<u>14.070</u>	<u>17.581</u>
Lucro líquido do exercício não distribuído	<u>21.953</u>	<u>10.129</u>	<u>21.953</u>	<u>10.129</u>
Participação de não controladores	-	-	3.595	(129)
Total	<u><u>27.985</u></u>	<u><u>15.913</u></u>	<u><u>64.419</u></u>	<u><u>40.094</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A CONASA Infraestrutura S.A., anteriormente denominada CONASA Companhia Nacional S/A ("CONASA" ou Companhia), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2007, e tem por objeto social principal a participação como acionista em projetos de infraestrutura.

Além de desempenhar o papel de holding, a CONASA pode atuar, conforme seu estatuto, em: a) Participação como sócia, acionista ou cotista, em sociedades, empresárias ou civis, e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades, com foco em infraestrutura; b) Prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral, em obra própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; c) Elaboração de projetos, assessoria e consultoria; d) Prestação de qualquer serviço e/ou a comercialização de produtos e equipamentos relacionados as suas atividades principais; e Locação de máquinas, equipamentos e veículos.

1.1. Planos da Administração

A Companhia está promovendo uma reestruturação completa, desde 2013. As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme inciso VIII do artigo 1º do Anexo 3 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, dentro de um planejamento da Administração para registro das ações da Companhia na Categoria A na Comissão de Valores Mobiliários e respectivo pedido de listagem no segmento BOVESPA MAIS.

Durante os exercícios de 2013 a 2015, a Companhia recebeu montantes significativos de aportes de capital injetados pelo acionista, com objetivo de reforçar o capital de giro e efetuar a aquisição de investimentos com foco em infraestrutura e saneamento. O retorno para a Companhia ocorrerá por meio dos resultados positivos destes investimentos e recebimento de dividendos. Além das sociedades de propósito específico detidas pela Companhia, sendo a Companhia Águas de Itapema ("Águas de Itapema"), Águas de Santo Antônio S.A. ("Águas de Santo Antônio"), Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat") e aquisição da Sanesalto Saneamento S.A. ("Sanesalto"), foram realizados os investimentos nas empresas Urbeluz Energética S.A. ("Urbeluz"), Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. ("Sanesul") e Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. ("Envimax"), empresas que atuam no setor de iluminação pública e saneamento, além de investimentos indiretos nas empresas Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete") e na Caraguá Luz S.A.- SPE ("Caraguá Luz").

Em 2015, os acionistas aumentaram o capital social de R\$ 141.584 para R\$ 158.187, como uma forma de proporcionar à Companhia, oportunidade de captar novos recursos para o desenvolvimento de suas atividades, bem como suprir, se necessário, o capital giro de suas investidas, em especial a controlada Águas de Santo Antônio S.A. que apresenta capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo findo em 31 de dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 1.994 e R\$ 5.218, respectivamente. Os planos da Administração da controlada estão baseados no plano de negócio que prevê fase de investimentos e retorno financeiro da concessão. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a apresentação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 17 de maio de 2018.

3. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

3.1. Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2015

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração do valor adicionado relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A reapresentação se fez necessária pela reclassificação do ativo vinculado à concessão das Parcerias Público Privadas ("PPPs") da Alegrete e CaraguaLuz sob controle da Urbeluz e pela reapresentação das Demonstrações Financeiras de tais Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"), que refletem na Companhia. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os ativos vinculados às PPPs estavam classificados como ativos intangíveis. Pela característica contratual, a Administração reclassificou os ativos intangíveis como ativos financeiros.

A classificação como ativo financeiro é mais adequada aos contratos de PPP devido a garantia de recebimento da contrapartida fixa do Poder Concedente, ao invés da cobrança direta do usuário e risco de demanda associados ao ativo intangível.

Com a reclassificação, parcela da contraprestação fixa mensal das PPPs é reconhecida como amortização do ativo financeiro, não sendo reconhecida como receita bruta das SPEs. Em 2015, a parcela de contraprestação reconhecida diretamente como amortização do ativo financeiro foi de R\$ 631.

Com a amortização do ativo financeiro sendo realizada diretamente por parcela da contraprestação da PPP, não há amortização do ativo contabilizada em Demonstração do Resultado do Exercício, referente a amortização do ativo intangível do custo de serviços prestados.

As SPEs reconhecem receita financeira pela atualização do ativo financeiro pela Taxa de Retorno do Ativo Financeiro ("TRAF"). A TRAF é fixada pelas condições contratuais de equilíbrio econômico financeiro, especialmente a taxa interna de retorno do projeto.

As reclassificações acima mencionadas geram efeitos indiretos, como cálculo de tributos e equivalências patrimoniais destacadas no item 3.1.1.

Em 2015, o impacto foi de R\$ (1.000), aumentando o lucro da Companhia de R\$ 24.548 para R\$ 25.548.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ Efeitos dos ajustes nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2015:

Ativo	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Circulante	55.788	-	55.788	97.102	(8.057)	105.159
Caixa e equivalentes de caixa	644	-	644	5.012	-	5.012
Contas a receber de Clientes	524	-	524	27.648	(8.257)	35.905
Ativo Financeiro	-	-	-	2.556	2.556	-
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	566	-	566	4.760	600	4.160
Ativos destinados às aplicações nas concessões e serviços	-	-	-	5.878	16	5.862
Adiantamentos	334	334	-	3.795	3.795	-
Partes relacionadas	39.893	-	39.893	166	-	166
Títulos de Valores Mobiliários	13.818	-	13.818	47.244	-	47.244
Outros ativos circulantes	9	(334)	343	43	(6.767)	6.810
Dividendos a Receber	-	-	-	-	-	-
Não circulante	144.063	7.762	136.301	224.842	16.574	208.268
Realizável a longo prazo	82.461	-	82.461	82.590	(89)	82.679
Ativo financeiro	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	50.594	-	50.594	17.011	-	17.011
Títulos de valores mobiliários	-	-	-	15.672	-	15.672
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	5.013	(242)	5.255
Outros ativos não circulante	-	-	-	2.589	153	2.436
Ativo classificado como mantido para venda	31.867	-	31.867	42.305	-	42.305
Investimentos	60.187	7.762	52.425	24.973	9.410	15.563
Imobilizado	1.415	-	1.415	16.390	181	16.209
Intangível	-	-	-	100.889	7.072	93.817
Total do ativo	199.851	7.762	192.089	321.944	8.517	313.427

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Circulante	8.771	1	8.770	56.023	631	55.392
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3	-	3	29.997	941	29.056
Fornecedores	768	-	768	11.605	(83)	11.688
Encargos tributários a pagar	262	-	262	8.091	(237)	8.328
Salários e encargos sociais a pagar	674	-	674	3.232	465	2.767
Impostos e contribuições parcelados	257	-	257	1.410	238	1.172
Adiantamento de clientes	-	-	-	140	140	-
Partes relacionadas	5.386	-	5.386	40	-	40
Dividendos propostos	1.421	1	1.420	1.421	1	1.420
Demais contas a pagar	-	-	-	87	(834)	921
Não circulante	28.180	7.761	20.419	88.899	7.762	81.137
Empréstimos, financiamentos e debêntures	688	-	688	64.782	-	64.782
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda	11.352	-	11.352	42	-	42
Partes relacionadas	200	-	200	500	-	500
Impostos e contribuições parcelados	2.036	-	2.036	10.428	1	10.427
Provisão para contingências	259	-	259	5.386	-	5.386
Perda com investimentos	13.645	7.761	5.884	7.761	7.761	-
Patrimônio líquido controladores	162.900	-	162.900	162.900	-	162.900
Capital social	158.187	-	158.187	158.187	-	158.187
Adiantamento para futuro aumento de capital	151	(1)	152	151	(1)	152
Reservas de lucros	4.562	1	4.561	4.562	1	4.561
Participações de não controladores	-	-	-	14.122	124	13.998
Total do patrimônio líquido	162.900	-	162.900	177.022	124	176.898
Total do passivo e patrimônio líquido	199.851	7.762	192.089	321.944	8.517	313.427

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado do exercício	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
	Receita operacional líquida	8.991	-	8.991	123.800	9.300
Custos dos serviços prestados	(4.450)	-	(4.450)	(70.976)	(8.895)	(62.081)
Lucro bruto	4.541	-	4.541	52.824	405	52.419
Despesas / receitas operacionais	18.981	1	18.980	(8.665)	(911)	(7.754)
Despesa gerais e administrativas	(10.648)	1	(10.649)	(26.773)	(463)	(26.310)
Despesas comerciais	(702)	-	(702)	(2.771)	55	(2.826)
Outras receitas (despesas)	20.751	-	20.751	20.846	(1.268)	22.114
Resultado com equivalência patrimonial	9.580	-	9.580	33	765	(732)
Amortização de investimentos (mais valia)	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional antes do efeitos financeiros	23.522	1	23.521	44.159	(506)	44.665
Resultado financeiro	11	-	11	(12.175)	1.278	(13.453)
Despesas financeiras	(408)	-	(408)	(18.132)	1.278	(19.410)
Receitas financeiras	419	-	419	5.957	-	5.957
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.533	1	23.532	31.984	772	31.212
Imposto de Renda e Contribuição Social	(413)	-	(413)	(5.042)	228	(5.270)
Corrente	(413)	-	(413)	(5.042)	(637)	(4.405)
Diferido	-	-	-	-	865	(865)
Lucro líquido proveniente de operações em continuidade	23.120	1	23.119	26.942	1.000	25.942
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	(1.167)	-	(1.167)	(1.394)	-	(1.394)
Lucro líquido do exercício	21.953	1	21.952	25.548	1.000	24.548
Atribuível ao controlador				21.953	1	21.952
Atribuível ao não controlador				3.595	999	2.596

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Lucro líquido do exercício	21.953	1	21.952	25.548	1.000	24.548
Total do resultado abrangente do exercício	21.953	1	21.952	25.548	1.000	24.548
Atribuível ao controlador				21.953		21.952
Atribuível ao não controlador				3.595		2.596

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	21.953	-	21.953	25.548	(3.557)	29.105
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	222	(1)	223	6.333	1.383	4.950
Provisão para contingências	213	1	212	(18)	(327)	309
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	113	(2)	115	11.896	(702)	12.598
Juros apropriados sobre debêntures	-	-	-	-	(3.279)	3.279
Juros apropriados sobre parcelamentos	241	(230)	471	471	(419)	890
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários	-	-	-	(1.433)	(1.433)	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(3.296)	(2.962)	(334)
Imposto de renda e contribuição social	413	413	-	5.042	4.495	547
Resultado de equivalência patrimonial	(9.580)	-	(9.580)	732	(2.805)	3.537
Compra vantajosa sobre aquisição de ativo classificado como mantido para venda	(19.917)	732	(20.649)	(19.917)	(19.917)	-
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	1.167	-	1.167	1.394	1.394	-
Resultado atribuído a não controlador	-	-	-	(3.595)	(3.595)	-
Resultado com outros investimentos	-	-	-	-	(199)	199
(Aumento)/redução nos ativos:						
Contas a receber de clientes	(256)	-	(256)	2.119	(6.918)	9.037
Demais contas a receber e adiantamentos	1.317	(1.969)	3.286	5.866	12.235	(6.369)
Créditos tributários	(566)	-	(566)	(1.441)	(2.731)	1.290
Ativo financeiro (recebimento da CIP)	-	-	-	595	595	-
Ativos destinados às aplicações nas concessões e serviços	-	-	-	(2.967)	(2.766)	(201)
Aumento/(redução) nos passivos:						
Fornecedores	534	-	534	108	(4.812)	4.920
Encargos tributários a Pagar	(372)	(443)	71	(1.435)	(3.826)	2.391
Salários e encargos sociais a pagar	215	30	185	584	964	(380)
Impostos e contribuições parcelados	(82)	230	(312)	(1.800)	(5.423)	3.623
Adiantamentos de clientes	-	5.376	(5.376)	140	(11.701)	11.841
Demais contas a pagar	-	-	-	(6.363)	(4.681)	(1.682)
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(4.385)	4.137	(8.522)	18.563	(60.987)	79.550

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(33)	1	(34)	(12.895)	27.295	(40.190)
Aquisição de títulos de dívidas	(13.818)	(13.818)	-	(13.818)	8.034	(21.852)
Investimentos no "Ativo classificado como mantidos para venda"	-	-	-	(2.968)	(2.968)	-
Aquisição de controlada	(18.675)	(18.675)	-	(18.675)	(18.675)	-
Caixa líquido de aquisição de companhias	-	-	-	224	224	-
Ativo financeiro (investimentos na infraestrutura da concessão)	-	-	-	(3.151)	(3.151)	-
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	-	-	-	-	33.794	(33.794)
Variação do Investimento em empresas, novas controladas/coligadas	-	12.349	(12.349)	-	22.574	(22.574)
Reflexo de Investimentos em empresas coligadas/controladas	-	-	-	-	20.960	(20.960)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(32.526)</u>	<u>(20.143)</u>	<u>(12.383)</u>	<u>(51.283)</u>	<u>88.087</u>	<u>(139.370)</u>
Terceiros:						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	187	(1)	188	348	6.613	(6.265)
Acionistas:						
Empréstimos entre partes relacionadas	1.135	16.007	(14.872)	(1.386)	(30.544)	29.158
Participação de não controladores	-	-	-	1.722	(8.003)	9.725
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(3.119)	3.119
Adiantamento para futuro aumento de capital	151	-	151	151	151	-
Integralização do capital social	16.603	-	16.603	16.603	(6.205)	22.808
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>18.076</u>	<u>16.006</u>	<u>2.070</u>	<u>17.438</u>	<u>(41.107)</u>	<u>58.545</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.835)</u>	<u>-</u>	<u>(18.835)</u>	<u>(15.282)</u>	<u>(14.007)</u>	<u>(1.275)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.479	-	19.479	20.294	15.807	4.487
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	644	-	644	5.012	1.800	3.212
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.835)</u>	<u>-</u>	<u>(18.835)</u>	<u>(15.282)</u>	<u>(14.007)</u>	<u>(1.275)</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do valor adicionado	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado	Ajuste	Divulgado	Reapresentado	Ajuste	Divulgado
	Receitas de prestação de serviços	9.503	-	9.503	117.126	(10.068)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	-	13.880	13.880	-
	9.503	-	9.503	131.006	3.812	127.194
Insumos adquiridos de terceiros	(10.045)	835	(10.880)	(84.002)	(16.814)	(67.188)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(10.045)	835	(10.880)	(17.312)	49.876	(67.188)
Custo de construção	-	-	-	(13.880)	(13.880)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	-	(52.810)	(52.810)	-
Valor adicionado bruto	(542)	835	(1.377)	47.004	(13.002)	60.006
Depreciações e amortizações	(222)	-	(222)	(6.333)	(229)	(6.104)
Valor adicionado líquido	(764)	835	(1.599)	40.671	(13.231)	53.902
Resultado da equivalência patrimonial	8.413	(1.167)	9.580	(2.126)	(1.394)	(732)
Receitas financeiras	419	-	419	5.957	-	5.957
Outros	19.917	333	19.584	19.917	7.362	12.555
Valor adicionado total a distribuir	27.985	1	27.984	64.419	(7.263)	71.682
Pessoal	4.698	-	4.698	12.619	(5.243)	17.862
Impostos, taxas e contribuições	926	1	925	12.182	3.869	8.313
Remuneração de Capitais de Terceiros						
Aluguéis	-	-	-	1.549	-	1.549
Juros e variações monetárias	383	-	383	12.521	(1.553)	14.074
Outras	25	-	25	-	(5.336)	5.336
	408	-	408	14.070	(6.889)	20.959
Remuneração de capitais próprios	21.953	-	21.953	21.953	1	21.952
Participação de não controladores	-	-	-	3.595	999	2.596
Total	27.985	1	27.984	64.419	(7.263)	71.682

3.2. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC)

As demonstrações contábeis da Companhia incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia que foram preparadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Resolução CFC e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Contudo, não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por esta razão, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

3.4. Base de Consolidação

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações contábeis de controladas e investidas coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As empresas investidas nessas demonstrações contábeis estão apresentadas da seguinte forma:

	Participação acionária	
	2015	2014
Controladas		
Aguas de Santo Antonio S.A.	100,00%	100,00%
Companhia Aguas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbeluz Energética S.A. (*)	50,00%	-
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	83,70%	83,70%
Coligadas		
Urbeluz Energética S.A. (*)	-	18,37%
Sanesalto Saneamento S.A. (***)	48,08%	-
SC Parcerias Ambiental S.A. (**)	0,00%	48,99%

(*) A Urbeluz Energética S.A. passou de coligada para controlada em 05/01/2015, quando a Conasa adquiriu de 31,63% das ações totalizando 50% de participação, e com a assinatura de acordo de ações passou a ter o controle da administração;

(**) A SC parcerias Ambiental S.A. foi baixada em 19/06/2015 perante o órgão da Receita Federal, conseqüentemente foram registrados para perdas com investimentos o valor de 147 mil (cento e quarenta e sete mil reais);

(***) Em 30 de outubro de 2015 foram transferidas à Companhia os direitos relativos à 961.576 ações, equivalente à 48,08% do capital votante da Sanesalto Saneamento S.A. Não há controle sobre tal investida.

3.4.1. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.5. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em milhares de reais.

3.6. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.6.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

- **Receitas:** As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento com os municípios e empresas privadas;
- **Receitas de construção:** De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções;
- **Receita de remuneração dos ativos de concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento;

- Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.
- Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.6.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de impairment para esses instrumentos financeiros.

3.6.3. Ativo circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos das "contas a receber" envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

- Ativo financeiro da concessão

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como "Ativo financeiro", quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo financeiro de concessão no início é mensurado a valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de concessão (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a "receita anual" (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

Conforme o ICPC 01 permite a classificação do ativo financeiro em três categorias, como definido no Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Entretanto, a Administração julga que a melhor classificação é como "recebível".

A parcela de remuneração do ativo financeiro deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

- Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços a serem prestados (Almoxarifado)

Estes ativos são registrados ao custo médio de aquisição, que não superam os valores de mercado ou valor líquido de realização. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto e c) manutenção de iluminação pública. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como "ativo intangível em curso".

As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

- Adiantamentos para investimentos

Os adiantamentos para investimentos compreendem os valores transferidos para as empresas cuja Companhia demonstra interesse em adquirir participações em capitais. Essas transferências realizadas são feitas após uma avaliação sobre o aspecto financeiro, patrimonial e societário de cada companhia. Essas futuras aquisições são firmadas através de compra e venda ou até mesmo de cessão de direitos de outras companhias. São investimentos que fazem parte das atividades secundárias da Companhia e também uma forma da mesma captar novos negócios para o desenvolvimento de suas atividades.

- Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição e/ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a entidade e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

- Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito das Controladas de cobrarem os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

- Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes (Ativos não financeiros)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se existe um indicador de perda de valor recuperável, a Companhia efetua um teste de recuperação do valor contábil.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

- Método de Equivalência Patrimonial

De acordo com este método, as participações societárias sobre os investimentos em empresas coligadas e em empresas controladas, são reconhecidas no balanço patrimonial pelo método de equivalência patrimonial e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos deste em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações societárias poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment).

Os ganhos e perdas em transações com estas empresas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento nessa empresa. As perdas, em excesso ao investimento efetuado nestas empresas, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas. Todos os investimentos são ajustados às mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia, de forma a apresentar demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes.

3.6.4. Passivo circulante e não circulante

- Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

- Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia e suas controladas optaram pela apuração do Lucro presumido, exceto a Sanesul e Urbeluz, que optaram pelo regime de Lucro Real, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição sobre a receita bruta auferida em cada trimestre, acrescido de outras receitas, rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa, variável e ganhos de capital que também compõem a base de cálculo dos impostos e contribuição em cada trimestre determinado pelo regime de competência.

- Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.6.5. Contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com o poder concedente.

A companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo.

A Companhia, possui diretrizes contratuais, que exigem que investimentos sejam efetuados em suas infraestruturas, como garantia de prestação de serviços de qualidade. Os bens construídos dentro dos contratos de concessão, são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear, de acordo com dos contratos, ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

A Lei nº 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços.

3.6.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.6.7. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.7. Combinação de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio.

Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como "Ganho por compra vantajosa".

3.8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. LAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27/IAS 16 e CPC 29/IAS 41)

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29/ IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não possui nenhuma planta produtiva.

IFRS 16 - Leases (Arrendamento mercantil)

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 - Income taxes (CPC 32 - Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28);
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e saldos em conta corrente	191	6	1.108	229
Aplicação liquidez imediata (a)	453	19.473	3.904	20.065
	<u>644</u>	<u>19.479</u>	<u>5.012</u>	<u>20.294</u>

- (a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2015 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI.

5. Contas a receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber - saneamento	-	-	8.524	12.715
Contas a receber - partes relacionadas	524	268	111	-
Contas a receber - iluminação pública	-	-	13.044	-
Contas a receber - demais clientes	-	-	404	293
Fornecimento a faturar (*)	-	-	10.066	-
(-) Provisão estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.501)	(7.797)
	<u>524</u>	<u>268</u>	<u>27.648</u>	<u>5.211</u>

- (*) O fornecimento a faturar corresponde ao reconhecimento da receita do serviço prestado em campo conforme suas medições, porém não faturado até o encerramento do exercício, obedecendo o regime da competência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia registra perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, exceto na companhia Urbeluz, que possui saldos a receber do poder público, no qual existem expectativas de recebimento no curto prazo. A PECLD tem representatividade apenas na Companhia Águas de Itapema S.A. e Águas de Santo Antônio S.A. Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer (faturados)	524	268	3.882	3.263
A vencer (á faturar)	-	-	10.066	-
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	3.271	811
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	144	313
Vencidos de 61 a 180 dias	-	-	1.400	824
Vencidos acima de 180 dias	-	-	13.386	7.797
(-) Provisão estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.501)	(7.797)
	<u>524</u>	<u>268</u>	<u>27.648</u>	<u>5.211</u>

A seguir a movimentação das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldos iniciais	(7.797)	(4.747)
Reversão da provisão	3.951	1.309
Créditos provisionados no exercício	(655)	(4.359)
Saldos finais	<u>(4.501)</u>	<u>(7.797)</u>

6. Impostos e contribuições a compensar/recuperar

Os créditos tributários apresentados no ativo consolidado referem-se, substancialmente, à controlada Urbeluz Energética S.A. no montante de R\$ 4.194, a seguir a composição:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015
PIS e COFINS a recuperar	-	31
ISS a recuperar	566	572
INSS a compensar	-	2.018
IRRF a compensar	-	42
IRPJ e CSLL a recuperar	-	1.870
Outros impostos a recuperar	-	227
	<u>566</u>	<u>4.760</u>

6.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos de impostos diferidos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado
	31/12/2015
Prejuízos fiscais e base negativa	10.924
Provisão para riscos processuais	2.952
Outras diferenças temporárias	868
Valor justodos ativos adquiridos e combinação de negócios (ativo)	24.973
Valor justodos ativos adquiridos e combinação de negócios (passivo)	(24.973)
	<u>14.744</u>
Imposto de renda diferido	3.686
Contribuição social diferido	1.327
	<u>5.013</u>

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços

O almoxarifado e os ativos a serem alocados nas concessões e serviços a serem prestados são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A., Urbeluz Energética S.A., Caragua Luz S.A. e Alegrete RJ Participações S.A:

	Consolidado
	31/12/2015
Materiais de uso e consumo	290
Bombas e equipamentos	630
Tubos e conexões para água	126
Tubos e conexões para esgoto	1.141
Postes e acessórios	118
Reator, relê, fios e cabos	800
Ferragens e acessórios	597
Lâmpadas e luminárias	1.321
Outros materiais para manutenção	855
	<u>5.878</u>

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda destes ativos e avaliou que os valores estão registrados no mínimo pelo seu custo recuperável.

8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento a funcionários	-	-	68	6
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	2.925	4.794
Outros Fornecedores	334	1.218	802	1.663
Total de adiantamentos	<u>334</u>	<u>1.218</u>	<u>3.795</u>	<u>6.463</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Adiantamentos a fornecedores, que derivam de antecipações principalmente para aquisição de produtos e ativos que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos doze meses.

9. Transações com partes relacionadas

9.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital (d)				
Águas de Santo Antonio	558	358	-	-
Sanetrat (a)	39.164	35.584	-	-
Águas de Itapema (b)	-	19.401	-	-
Sanesul (e)	-	14.785	-	-
Consórcio Construtor Catarinense	171	-	166	166
	<u>39.893</u>	<u>70.128</u>	<u>166</u>	<u>166</u>
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital (d)				
Águas de Itapema (b)	20.118	-	-	-
Urbeluz	4.647	12.200	-	12.200
Sanesul (e)	17.754	-	1.649	-
Envimax (c)	3.516	1.644	3.516	1.644
Sanesalto	1.937	-	-	-
Sanetrat (a)	1.700	1.700	-	-
Conasa SPE	922	77	-	-
SC Parcerias	-	166	-	166
	<u>50.594</u>	<u>15.787</u>	<u>5.165</u>	<u>14.010</u>
Empréstimos e mútuos				
Cobrapar (f)				
	-	-	11.846	-
	-	-	<u>11.846</u>	-
	<u>50.594</u>	<u>15.787</u>	<u>17.011</u>	<u>14.010</u>
	<u>90.487</u>	<u>85.915</u>	<u>17.177</u>	<u>14.176</u>
Passivo circulante				
Mútuos a pagar				
Sanesalto Saneamento	5.386	100	-	-
GPI Participações e Investimentos	-	-	40	134
	<u>5.386</u>	<u>100</u>	<u>40</u>	<u>134</u>
Passivo não circulante				
Mútuos a pagar				
Infra Asset Management	-	-	200	-
GPI Participações e Investimentos	200	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	300	-
	<u>200</u>	<u>-</u>	<u>500</u>	<u>-</u>
	<u>5.586</u>	<u>100</u>	<u>540</u>	<u>134</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 28 de julho de 2016 o saldo demonstrado foi convertido em capital social na respectiva controlada, no montante de R\$ 40.548;
- (b) A Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital na Controlada, cujo recursos foram destinados a execução dos investimentos previstos no contrato de concessão da Águas de Itapema. Em 04 de julho de 2016, firmaram acordo de acionistas, cujo objeto é a conversão do saldo demonstrado em Debêntures, com vencimento para 02 de julho de 2.029, incluindo juros de 12% a.a. e atualização monetária pelo IPCA. Como em 31 de dezembro de 2016, esta operação estava em negociação, a Administração decidiu reclassificar este mútuo para o ativo não circulante;
- (c) Em janeiro de 2016, a Envimax Consultoria e Serviços Ltda. fora adquirida pela CONASA, e o respectivo montante transferido para a rubrica de Investimentos;
- (d) Estes saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos de infraestrutura de expansões e de adequações da estrutura atual com o fim de melhoria do serviço público. Cabe mencionar, que o grupo econômico em virtude da gestão centralizada do caixa, não tem como prática interna a remuneração sobre estes adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações;
- (e) Os aportes realizados a Sanesul destinaram ao investimento na concessão da Águas de Meriti Ltda. Com o advento do Programa de Regularização Tributária em 2017, parcela dos AFACs (R\$ 11.850) fora realizado através da alienação dos créditos tributários da controlada.
- (f) Em 01 de setembro de 2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, referente a aquisição de 5 PCH's localizadas no Complexo Hidrelétrico do Rio São Bartolomeu, pelo valor firme de R\$ 10.300. Em 31 de dezembro de 2012 foi celebrado o distrato desta operação, onde a Cobrapar se comprometia a devolver até 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 9.501 corrigido pelo IGPM/FGV. O contrato prevê multa pecuniária não compensatória de 2% juros moratórios de 1% ao mês. Em virtude do inadimplemento, em 6 de março de 2017 a Controlada ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado. Segundo nossos assessores jurídicos a probabilidade êxito no processo é líquido e certo, não havendo discussão sobre os valores devidos, com existência de garantias que podem ser acionadas, em especial, as próprias ações da Urbeluz de titularidade da Cobrapar, reservas de capital referentes a estas ações e lucros e dividendos futuros. A execução das garantias decorrerá do processo de execução, caso a Cobrapar não apresente outra forma de quitação. Não há expectativa de perda em decorrência dos atuais bens arrolados no processo judicial, em especial as ações da Urbeluz, tendo valor significativamente superior a demanda. Em razão de ser um acionista não controlador no Grupo Conasa, a Companhia não determina a constituição de provisão de perdas, até que sejam esgotadas todas as formas de cobrança diante do inadimplemento. No caso específico da Cobrapar há garantias que suportam a realização e liquidação deste ativo.

9.2. Avaliação do valor recuperável

De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do Plano de Negócios de todas as companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. A Administração avalia se os ativos relacionados serão devidamente remunerados na concessão ou parcerias público-privadas (PPP).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Até o momento, não fora identificado quaisquer outras perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas. Este procedimento de constituição de provisão de perdas somente é adotado quando se esgota todas as possibilidades de cobrança e capacidade da Companhia e suas controladas gerar caixa com base na liquidação destes recebíveis.

9.3. Remuneração dos administradores

Durante os exercícios de 2014 e 2015 não houveram despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, pois os Administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração anual. A partir do exercício de 2017, a Assembleia Geral definiu remuneração aos administradores, somando R\$ 1.320.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

10. Títulos de valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Conasa (Debentures Sanesalto) (d)	13.818	-	13.817	-
Conasa-SPE (Debentures Sanesalto) (a)	-	-	1.738	708
Sanetrat (Cedula crédito imobiliário) (b)	-	-	31.689	31.689
	<u>13.818</u>	<u>-</u>	<u>47.244</u>	<u>32.397</u>
Ativo não circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Conasa-SPE (Debentures Sanesalto) (a)	-	-	11.410	11.417
Águas de Itapema - Reserva CCB (c)	-	-	3.981	3.596
Águas de Santo Antônio - Reserva CCB (c)	-	-	281	255
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.672</u>	<u>15.268</u>

Os valores registrados na conta títulos de valores mobiliários contemplam debêntures a receber de coligadas e cédulas de créditos, conforme segue:

- (a) A controlada Conasa SPE S.A., adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada. O título é remunerado a juros anual de 6,25% e pela variação do IGP-M. Será amortizado em 120 parcelas mensais, e o primeiro vencimento será dia 26 de junho de 2015 e o último vencimento 26 de maio de 2025. Da mesma forma em 28/12/2015 a Conasa adquiriu debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A.;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Em 30 de maio de 2014 e 05 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. - BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI nº 0001 e 0002 à controlada Sanetrat Saneamento S.A.

A Sanetrat adquiriu estas CCIs pelo montante de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente.

Estas CCIs são oriundas do "Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Ativos e Outras Avenças - Contrato de arrendamento", firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A. Considerando pela Administração, uma transação rentável e que tinha como objetivo a prospecção de novos negócios no setor de saneamento.

A CCI é emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT.

Como garantia da operação, foi firmado Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia, posteriormente aditado ("em conjunto, "Alienação Fiduciária"), estando ambos devidamente registrados na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT ("Imóvel").

Em relação à Alienação Fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor global das duas CCIs cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado pelo valor total de R\$ 53.008, valor este considerando venda forçada.

A obrigação de pagamento das parcelas do crédito, nos termos das cédulas de créditos imobiliário cedidas e transferidas, de forma onerosa, à Sanetrat, caberia à Marfrig, diretamente (sendo as Emissoras devedoras solidárias), uma vez notificada esta empresa, da cessão dos créditos do arrendamento, o que foi feito.

Existe Ação de Falência, na qual a Vênus adquiriu o Imóvel, que determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela Marfrig à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somam cerca de R\$ 30.000 e se caracterizam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio ("ACC"), valor que será quitado, portanto, em cerca de 30 meses.

Com o arresto, os ACC foram quitados e a Sanetrat obteve decisão em 1ª instância para liberação da hipoteca judicial sobre o imóvel de Nova Xavantina, garantia das CCIs, conforme prognóstico das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2016. A decisão foi suspensa em 2ª instância, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a pedido de terceiro, antigo proprietário da empresa falida, que não havia se manifestado até o momento, até que todas as partes pudessem se manifestar nos autos. Todas as partes se manifestaram, tendo Sanetrat, Vênus, administrador judicial da falência e ministério público se manifestado a favor da decisão de 1ª instância que desbloqueia os créditos e o imóvel, favoravelmente a Companhia.

A despeito da discussão que está sendo travada nos autos da Ação de Falência, entendemos que é praticamente certo o ganho processual da ação por parte da Sanetrat, em curto prazo, dado que o contrato foi pautado pela boa-fé da Sanetrat e atende a todos os requisitos de legalidade previstos pela legislação de regência.

A expectativa da Administração, em análise conjunta de seus assessores jurídicos, é de solução nos autos e alienação das unidades industriais à Marfrig ou à terceiro ainda no exercício de 2018. Neste caso, a Sanetrat irá exercer o direito de resgate antecipado previsto na Cláusula 12 da CCI, recebendo a totalidade dos valores decorrentes da CCI ou exercendo a liquidação do bem alienado fiduciariamente, com avaliação imobiliária significativamente superior ao valor das CCIs. Considerando que o título possui condições de converter em caixa para a Sanetrat. Seguindo as determinações da Companhia, não há o que se prever a existência de provisão de perdas para este ativo. A Companhia entende que este procedimento somente é instaurado quando não há existirem possibilidades de reaver o ativo investido, inclusive em instâncias judiciais, que não é o caso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) As controladas “Companhia Águas de Itapema” e “Águas de Santo Antônio S.A.”, possuem aplicações financeiras, que são garantias aos contratos de empréstimos junto a instituições financeiras.
- (d) A Controladora mantém aplicações em debêntures, no importe total de R\$ 13.818, de emissão de sua coligada Sanesalto Saneamento S.A. A estimativa da Administração é alienar tais investimentos nos próximos 12 meses.

11. Ativo não circulante classificado como mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração em razão da existência de empenho com o propósito de venda da participação na Sanesul reclassificou o valor contábil do investimento para “Ativo não circulante classificado como mantido para venda”.

A seguir são demonstrados o balanço patrimonial e o resultado do exercício do ativo classificado como mantido para venda:

(a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativos Adquiridos	42.305	40.853
(-) Passivos Adquiridos	(42)	(164)
Ativos e passivos Líquidos adquiridos	42.263	40.689
(-) Participação de não controladores	(3.994)	(4.222)
(-) Partes relacionadas	(17.754)	(14.785)
(-) Expectativa de valor justo da empresa Águas de Meriti		
Participação Conasa 83,70%	(31.867)	(31.867)
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda (Controladora)	(11.352)	(10.185)
Ativo classificado como ativo mantido para venda (Controladora)	31.867	31.867

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	55	54
Demais contas a receber	4	27
Ativos circulantes classificados como ativo mantido para venda	59	81
Investimentos	4.173	2.599
Imobilizado	-	93
Intangível	-	7
Ativos não circulantes classificados como ativo mantido para venda	4.173	2.699
Expectativa de valor justo da empresa Águas de Meriti	38.073	38.073
Ativo classificado como ativo mantido para venda (Consolidado)	42.305	40.853
Fornecedores	1	5
Obrigações fiscais	-	45
Demais contas a pagar	41	114
Passivos circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	42	164
Partes relacionadas	17.754	14.785
Passivos não circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	17.754	14.785
(-) Eliminação de partes relacionadas	(17.754)	(14.785)
Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda (Consolidado)	42	164

(b) Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(241)	(773)
Outras receitas/despesas	(82)	-
Despesas financeiras	(21)	(17)
Receitas financeiras	125	1
Equivalência patrimonial	(1.175)	-
Prejuízo do exercício de operação descontinuada (Consolidado)	(1.394)	(789)
(-) Participação de não controladores	227	129
Prejuízo do exercício de operação descontinuada (Controladora)	(1.167)	(660)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Demonstração do fluxo de caixa findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo do exercício	(1.394)	(789)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	13	6
Baixa de Ativos Imobilizados	87	-
	(1.294)	(783)
Atividades operacionais		
(Aumento)/redução nos ativos	23	92
Aumento/(redução) nos passivos	(122)	(9)
Caixa Líquido utilizado nas atividades operacionais	(1.393)	(700)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aquisição de investimento	(1.574)	(2.250)
Alienação do imobilizado	-	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.968	2.995
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	1.394	746
	<u>1</u>	<u>46</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalente de caixa no início do período	54	8
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	55	54
	<u>1</u>	<u>46</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos

(a) Composição dos investimentos

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
		Patrimônio líquido da investida (*)			Patrimônio líquido da investida (*)	
	%	Investimento	%	Investimento	Investimento	
Investimentos (ativo):						
Águas de Itapema	100%	11.868	11.868	100%	2.133	2.133
Sanetrat	100%	1.967	1.967	100%	1.954	1.954
Urbeluz	50%	16.352	8.176	18,37%	-	-
		<u>30.187</u>	<u>22.011</u>		<u>4.087</u>	<u>4.087</u>
Ágio sobre investimentos:						
Urbeluz			-			3.947
			-			<u>3.947</u>
Mais valia sobre investimentos:						
Sanesalto			24.973			-
Urbeluz			13.203			-
			<u>38.176</u>			<u>-</u>
			<u>60.187</u>			<u>8.034</u>
Perda com investimentos (passivo):						
Urbeluz	50%	-	-	18,37%	(1.176)	(216)
Conasa SPE	99,99%	(668)	(668)	100%	(123)	(123)
Sanesalto	48,08%	(16.142)	(7.761)	-	-	-
SC Parcerias	-	-	-	48,99%	(302)	(148)
Águas de Santo Antonio	100%	(5.216)	(5.216)	100%	(3.584)	(3.584)
		<u>(22.026)</u>	<u>(13.645)</u>		<u>(5.185)</u>	<u>(4.071)</u>
Saldo líquido de investimento			<u>46.542</u>			<u>3.963</u>
	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
		Patrimônio líquido da investida (*)			Patrimônio líquido da investida (*)	
	%	Investimento	Investimento	%	Investimento	Investimento
Mais valia sobre investimentos:						
Sanesalto			24.973			-
			<u>24.973</u>			<u>-</u>
Perda com investimentos (passivo):						
Sanesalto	49,95%	(15.538)	(7.761)	-	-	-
Urbeluz		-	-	18,37%	(1.176)	(216)
SC Parcerias		-	-	48,99%	(302)	(148)
		<u>(15.538)</u>	<u>(7.761)</u>		<u>(1.478)</u>	<u>(364)</u>
Saldo líquido de investimento			<u>17.212</u>			<u>(364)</u>

(*) Desconsiderados os saldos de adiantamentos para futuro aumento de capital dos patrimônios líquidos das Companhias.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da adquirida. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da coligada, não sendo ativo intangível seu.

(b) Contexto operacional das controladas e coligadas

Companhia Águas de Itapema (“Águas de Itapema”)

A Companhia Águas de Itapema “Companhia” é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, em regime de concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil com sede a Av. Marginal Leste, 5, na cidade de Itapema. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa.

O prazo de concessão que era de 300 meses (25 anos), contados a partir da data de recebimento da Ordem do Serviço Global, ocorrido em 08 de julho de 2004, foi prorrogado para 480 meses (40 anos), conforme contrato de prorrogação de prazo firmado em 04/12/2015. Com a prorrogação contratual a Companhia juntamente com a Prefeitura Municipal assinou aditivo contratual que prevê investimentos de aproximadamente R\$ 504 milhões nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais. O sistema de água receberá aporte de R\$ 149,9 milhões, e o de esgoto, R\$ 353,9 milhões. Para o sistema de água estão previstos o aumento da reservação de água bruta e de água tratada, implantação de novas adutoras e redes de distribuição, aumento da capacidade de tratamento de água nas estações, substituição de hidrômetros, controle de perdas, entre outros, com o objetivo de garantir o abastecimento de água nas temporadas de veraneio. A Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a Construtora Nascimento Ltda. e Linear Participações e Incorporações Ltda. ambas denominadas vendedoras e acionistas da investida, a Conasa adquiriu 100% das ações destes acionistas, o equivalente a 4.049.731 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, pelo montante de R\$ 696, passando a ter o controle total da Companhia.

Em 2013, 2014 e 2015, não houve alterações societárias envolvendo as companhias.

Águas de Santo Antônio S.A. ("Águas de Santo Antônio")

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, sob regime de concessão a realização dos serviços de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, e foi constituída em 30 de abril de 2004, sobre o regime de sociedade simples limitada.

O prazo de concessão é de 360 meses (30 anos), e a Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em 15 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu 96% da participação do capital social das Águas de Santo Antônio, o equivalente a 960 quotas no montante de R\$ 96.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 12 de maio de 2008, a Águas de Santo Antônio se tornou uma companhia de sociedade por ações de capital fechado.

Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a GPI Participações e Investimentos S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e a União Participações e Investimentos S.A. ambas denominadas vendedoras e acionistas de Águas de Santo Antônio. A Companhia adquiriu a participação restante de 4%, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, passando a deter 100% das ações. Em 2013, 2014 e 2015, não houve alterações societárias envolvendo as companhias.

Sanesalto Saneamento S.A. (“Sanesalto”)

A Sanesalto Saneamento S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 06 de novembro de 1996, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP, com prazo de vencimento em 2032, incluindo reajustes anuais de tarifa com base em uma cesta de moedas. Compõe os serviços da concessionária:

- a) Implantação, Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Esgotos (“ETE”);
- b) Implantação de redes coletoras e estações elevatórias complementares ao sistema de esgotamento sanitário do município;
- c) Gestão do sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como arrecadação.

Em operação desde agosto de 2007, a Estação de Tratamento de Esgoto da Sanesalto trata atualmente cerca de 96% do esgoto coletado, equivalente a 91% do esgoto gerado no município.

A CONASA firmou contrato de compra e venda de ações com a GPI Participações e Investimentos S.A. para aquisição de 98,2% das ações da Sanesalto em 30 de maio de 2012. Naquele momento, constavam como condições suspensivas: (i) aprovação do poder concedente para troca de controle e (ii) aprovação dos debenturistas da 2ª emissão da Sanesalto. A condição suspensiva constante do item ii acima não foi sobreposta.

Em 30 de maio de 2015, a CONASA adquiriu 49% das ações, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, de modo a não transferir o controle, e firmou compromisso de cessão a termo dos 51% restantes. Tal compromisso se dará com a anuência dos debenturistas ou quando da quitação das debêntures.

Sanetrat Saneamento S.A. (“Sanetrat”)

A companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 1 de setembro de 2006, o objeto social é a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento, o beneficiamento e a disposição final de resíduos de qualquer natureza, especialmente industriais e o investimento e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a GPI Participações e Investimentos S.A. denominada vendedora e acionista, a Conasa adquiriu 100% das ações deste acionista, o equivalente a 63% do capital social da Sanetrat, 63.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, pelo montante de R\$ 834. Em 30 de maio de 2013, a Conasa adquiriu as 37.000 ações ordinárias restantes, da Araújo de Araújo Consultoria em Saneamento Básico, por R\$ 284. Em 2014 e 2015, não houve alterações societárias envolvendo a companhia.

Urbeluz Energética S.A. ("Urbeluz")

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia adquiriu da Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - Cobrapar, 18,37% do capital social da Urbeluz Energética S.A., o equivalente a 1.442.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 3.300.

Em virtude do patrimônio líquido negativo da investida na data da aquisição, a operação gerou um ágio de R\$ 3.947, fundamentado em rentabilidade futura do próprio negócio da Urbeluz e das suas controladas Alegrete RJ Participações e Caragua Luz S.A. - SPE.

a) A Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete") é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 02 de dezembro de 2013, a sua sede está localizada na rua Cleber Santos de Carvalho, 22, Lojas 201, 203, 205 e 207, Vilar dos Teles, CEP 25576-261, no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

Alegrete tem por objetivo a gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa firmado com o Município de São João do Meriti, firmado em 08 de agosto de 2014, e com início de suas atividades.

O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos contados a partir da data do efetivo início da execução da ampliação e dos serviços de operação e manutenção.

Alegrete receberá mensalmente a título de contraprestação pecuniária o montante de R\$ 1.556, e o valor estimado pelo prazo de 25 anos o montante total de R\$ 466.830. Os valores das contraprestações são corrigidos anualmente pela IGP-M (Índice geral de preços do mercado).

b) A Caragua Luz S.A. ("Caragua") é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída em 30 de abril de 2015.

A Caragua foi criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

Para execução do objeto do contrato de concessão Caragua, fara jus a uma prestação pecuniária (contraprestação mensal efetiva) dividida em duas parcelas uma variável correspondente a 10% do total e outra fixa correspondente a 90% do total.

A investida Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 08 maio de 1995 e especializada em gestão de iluminação pública, construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, no planejamento e na execução de projetos que visam o gerenciamento e o uso racional de energia elétrica.

Em 05 de janeiro de 2015 por meio da décima sétima assembleia geral extraordinária, os acionistas decidiram aumentarem o capital social da Companhia em R\$ 12.200 mil com o AFAC oriundo da CONASA, desta forma esta ficou 50% das ações da companhia.

A seguir, demonstramos como ficou a composição acionária da companhia em 31 de dezembro de 2015:

URBELUZ ENERGÉTICA S/A	AÇÕES	%
Conasa Companhia Nacional de Saneamento	5.741.489	50
Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - COPRAPAR	4.956.535	43,16
Wilson Soares dos Santos	785.054	6,84
Outros	3	0,00003
	<u>11.483.081</u>	<u>100,00%</u>

Também em 05 de janeiro de 2015 a CONASA assinou o acordo de acionistas com o Sr. Wilson Soares dos Santos que detém 6,84%, tendo como objeto principal o exercício do direito de voto, bem como passando para a CONASA o exercício de direito de administração da companhia.

A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética.

Conasa SPE S.A.

A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 09 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Movimentação dos investimentos

		Controladora						
		Saldo em			Equivalência		Saldo em	
		31/12/2014	Transferência	Aquisição	Mais valia	patrimonial do	31/12/2015	
						exercício	Baixa	
Investimentos (ativo):								
	Águas de Itapema	2.133	-	-	-	9.735	-	11.868
	Sanetrat	1.954	-	-	-	13	-	1.967
	Urbeluz	-	(216)	5.651	-	2.741	-	8.176
		<u>4.087</u>	<u>(216)</u>	<u>5.651</u>	<u>-</u>	<u>12.489</u>	<u>-</u>	<u>22.011</u>
Mais valia sobre investimentos:								
	Sanesalto	-	-	-	24.973	-	-	24.973
	Urbeluz	-	-	-	13.203	-	-	13.203
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.176</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.176</u>
Ágio sobre investimentos:								
	Urbeluz	3.947	-	-	-	-	(3.947)	-
		<u>3.947</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.947)</u>	<u>-</u>
		<u>8.034</u>	<u>(216)</u>	<u>5.651</u>	<u>38.176</u>	<u>12.489</u>	<u>(3.947)</u>	<u>60.187</u>
Perda com investimento (passivo):								
	Urbeluz	(216)	216	-	-	-	-	-
	Águas de Santo Antônio	(3.584)	-	-	-	(1.632)	-	(5.216)
	Conasa SPE	(123)	-	-	-	(545)	-	(668)
	Sanesalto	-	-	(7.029)	-	(732)	-	(7.761)
	SC Parcerias	(148)	-	-	-	-	148	-
		<u>(4.071)</u>	<u>216</u>	<u>(7.029)</u>	<u>-</u>	<u>(2.909)</u>	<u>148</u>	<u>(13.645)</u>
		<u>3.963</u>	<u>-</u>	<u>(1.378)</u>	<u>38.176</u>	<u>9.580</u>	<u>(3.799)</u>	<u>46.542</u>
		Consolidado						
		Saldo em				Equivalência		Saldo em
		31/12/2014	Transferência	Aquisição	Mais valia	patrimonial do	Baixa	31/12/2015
						exercício		
Mais valia sobre investimentos:								
	Sanesalto	-	-	-	24.973	-	-	24.973
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.973</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.973</u>
Perda com investimento (passivo):								
	Urbeluz	(216)	216	-	-	-	-	-
	Sanesalto	-	-	(7.029)	-	(732)	-	(7.761)
	SC Parcerias	(148)	-	-	-	-	148	-
		<u>(364)</u>	<u>216</u>	<u>(7.029)</u>	<u>-</u>	<u>(732)</u>	<u>148</u>	<u>(7.761)</u>
		<u>(364)</u>	<u>216</u>	<u>(7.029)</u>	<u>24.973</u>	<u>(732)</u>	<u>148</u>	<u>17.212</u>

(d) Combinação de negócios

▪ Aquisição Sanesul

Em 16 de junho de 2014 a Companhia adquiriu 83,7% do capital social da Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. - "Sanesul".

A Sanesul tem como atividade a participação na empresa de Águas de Meriti Ltda. (participação de 49% do capital social), concessão esta dos serviços públicos no Município de São João do Meriti, no Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos para a operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, e cobrança direta dos serviços de esgotamento sanitário, bem como realizar a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e obras de engenharia. Abaixo, o resumo da combinação de negócios:

	Saldo Contábil	Alocação do preço	Efeito dos impostos	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	54	-	-	54
Contas a receber	27	-	-	27
Ativo fiscal diferido	-	-	10.835	10.835
Investimentos	2.599	-	-	2.599
Ativo de concessão de investida	-	31.867	-	31.867
Imobilizado e intangível	100	-	-	100
Fornecedores	(5)	-	-	(5)
Obrigações fiscais	(45)	-	-	(45)
Demais contas a pagar	(114)	-	-	(114)
Passivo fiscal diferido	-	-	(10.835)	(10.835)
Partes relacionadas a pagar	(13.997)	-	-	(13.997)
Total de ativos adquiridos e passivos assumidos	(11.381)	31.867	-	20.486
Parcela dos acionistas não controladores	1.855			1.855
Total líquido de ativos adquiridos e passivos assumidos	(9.526)	31.867	-	22.341
Contraprestação transferida				(5.964)
Compra vantajosa				16.377

▪ Sanesalto

Em 30 de maio de 2015, a Companhia adquiriu 48,08% das ações, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, da Sanesalto Saneamento S.A. Nesta operação não houve a transferência do controle da adquirida, entretanto foi firmado entre a Companhia e os acionistas o compromisso de cessão a termo dos 51% restantes do capital social da Sanesalto. Tal compromisso se dará com a anuência dos debenturistas ou quando da quitação das debêntures. Em 23 de maio de 2016 foram transferidas à Companhia 1,87% de ações que estavam em nome de pessoas físicas, equivalente a 37 ações da Sanesalto. Abaixo, o resumo da combinação de negócios:

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo contábil	Alocação do preço pago	Efeito dos impostos	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.155	-	-	1.155
Contas a receber	2.413	-	-	2.413
Demais contas a receber	1.486	-	-	1.486
Ativo fiscal diferido	-	-	8.491	8.491
Ativos de concessão	47.953	24.973	-	72.926
Imobilizado	67	-	-	67
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(65.738)	-	-	(65.738)
Fornecedores	(258)	-	-	(258)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(612)	-	-	(612)
Demais contas a pagar	(672)	-	-	(672)
Partes relacionadas	(1.937)	-	-	(1.937)
Passivo fiscal diferido	-	-	(8.491)	(8.491)
Total de ativos adquiridos e passivos assumidos	(16.143)	24.973	-	8.830
Parcela do controlador e outros acionistas	8.382	-	-	8.382
Total líquido de ativos adquiridos e passivos assumidos	(7.761)	24.973	-	17.212
Contraprestação transferida				-
Compra vantajosa				17.212

A mensuração do “valor justo dos ativos e passivos da adquirida” foi estimado por especialistas internos da Companhia, tendo em vista o laudo de avaliação econômico-financeira da investida elaborado por empresa independente especializada e informações extraídas dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis dos exercícios e períodos anteriores. O preço de compra foi fundamentado pelos especialistas no “Laudo de alocação do preço de compra”. Importante mencionar que a compra vantajosa no montante de R\$ 17.212 foi originada devido a reestruturação da dívida da Sanesalto com a redução de juros e alongamento do prazo de vencimento, possível pela participação da CONASA como garantidora, adicionando valor ao ativo e liquidez à coligada. Cabe ressaltar que ao final de cada exercício a Administração avalia o valor recuperável da “mais valia”, e se houver indícios de impairment, provisões perdas são reconhecidas.

▪ Urbeluz

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia adquiriu da Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - Cobrapar, 18,37% do capital social da Urbeluz Energética S.A., o equivalente a 1.442.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 3.300.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 5 de janeiro de 2015, a Companhia aumentou o capital social da Urbeluz em R\$ 12.200, e assim passou a deter 50% da participação societária, obtendo o controle da Companhia através do “Acordo de acionistas” firmado entre as partes em 5 de fevereiro de 2015. O preço total pela aquisição foi R\$ 23.322, considerando “adiantamento para futuro aumento de capital” adicional realizado pela Companhia na Urbeluz no montante de R\$ 4.647.

A seguir, o resumo da combinação de negócios:

	Saldo contábil	Alocação do preço pago	Efeito dos impostos	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	224	-	-	224
Contas a receber	21.260	9.676	-	30.936
Estoques	2.911	-	-	2.911
Tributos e contribuições a recuperar	3.319	-	-	3.319
Demais contas a receber	4.995	-	-	4.995
Partes relacionadas	6.902	-	-	6.902
Ativo fiscal diferido	5.013	-	4.489	9.502
Ativos de concessão (investidas)	-	3.527	-	3.527
Investimentos	3.352	-	-	3.352
Imobilizado e intangível	1.990	-	-	1.990
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(17.091)	-	-	(17.091)
Fornecedores	(6.857)	-	-	(6.857)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(5.683)	-	-	(5.683)
Demais contas a pagar	(1.031)	-	-	(1.031)
Passivo fiscal diferido	-	-	(4.489)	(4.489)
Provisão para contingências	(2.952)	-	-	(2.952)
Total de ativos adquiridos e passivos assumidos	16.352	13.203	-	29.555
Parcela dos acionistas não controladores	(8.176)	-	-	(8.176)
Total líquido de ativos adquiridos e passivos assumidos	8.176	13.203	-	21.379
Contraprestação transferida				(18.674)
Compra vantajosa				2.705

A mensuração do “valor justo dos ativos e passivos da adquirida” foi estimado por especialistas internos da Companhia, tendo em vista o laudo de avaliação econômico-financeira da investida elaborado por empresa independente especializada. O preço de compra foi fundamentado pelos especialistas no “Laudo de alocação do preço de compra”. Importante mencionar que a compra vantajosa no montante de R\$ 2.705 foi originada pela liquidez gerada no aporte realizado pela Companhia, essencial para a conclusão do plano de investimento da Urbeluz nas Parcerias Público Privadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cabe ressaltar que ao final de cada exercício a Administração avalia o valor recuperável da "mais valia", e se houver indícios de impairment, provisões perdas são reconhecidas.

13. Imobilizado

(a) Composição

	Vida útil (%)	Controladora			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	10	10	(8)	2	3
Máquinas e equipamentos	10	603	(287)	316	376
Computadores e periféricos	20	396	(246)	150	186
Móveis e utensílios	10	148	(98)	50	56
Veículos	10	656	(459)	197	283
Softwares e aplicativos	20	2	(2)	-	-
Terrenos		700	-	700	700
		<u>2.515</u>	<u>(1.100)</u>	<u>1.415</u>	<u>1.604</u>

	Vida útil (%)	Consolidado			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	10	28	(9)	19	3
Máquinas e equipamentos	10	2.792	(953)	1.839	829
Computadores e periféricos	20	983	(708)	275	249
Móveis e utensílios	10	609	(301)	308	135
Veículos	10	3.882	(3.172)	710	334
Softwares e aplicativos	20	2	(2)	-	-
Benfeitorias em imóveis	10	771	(187)	584	197
Terrenos	0	6.370	-	6.370	6.370
Imobilizado em andamento		6.285	-	6.285	45
		<u>21.722</u>	<u>(5.332)</u>	<u>16.390</u>	<u>8.162</u>

Segundo a Administração não há indicadores na Companhia (Controladora) de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação do imobilizado

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2015
Instalações	3	-	(1)	2
Máquinas e equipamentos	376	-	(60)	316
Computadores e periféricos	186	24	(60)	150
Móveis e utensílios	56	9	(15)	50
Veículos	283	-	(86)	197
Terrenos	700	-	-	700
	<u>1.604</u>	<u>33</u>	<u>(222)</u>	<u>1.415</u>

	Consolidado					Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Adições	Baixas	Depreciação	
Instalações	3	-	24	(5)	(3)	19
Máquinas e equipamentos	829	236	1.589	(284)	(531)	1.839
Computadores e periféricos	249	92	368	(292)	(142)	275
Móveis e utensílios	135	260	115	(151)	(51)	308
Veículos	334	617	787	(680)	(348)	710
Benfeitorias em imóveis	197	29	544	(151)	(35)	584
Terrenos	6.370	-	-	-	-	6.370
Imobilizado em andamento	45	-	6.240	-	-	6.285
	<u>8.162</u>	<u>1.234</u>	<u>9.667</u>	<u>(1.663)</u>	<u>(1.110)</u>	<u>16.390</u>

14. Intangível

(a) Composição

	Taxa de Amortização (**)	Consolidado			Líquido
		31/12/2015		31/12/2014	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ativo Intangível de concessão					
Obras em Andamento (Itapema)		-	-	-	14.660
Em serviço (Águas de Itapema)	3,27%	116.988	(34.639)	82.349	72.702
Infraestrutura de concessão (Santo Antônio)	2,65%	7.102	(1.765)	5.337	-
		<u>124.090</u>	<u>(36.404)</u>	<u>87.686</u>	<u>87.362</u>
Mais valia ativos das investidas (*)					
Urbeluz		13.203	-	13.203	3.947
		<u>13.203</u>	<u>-</u>	<u>13.203</u>	<u>3.947</u>
		<u>137.293</u>	<u>(36.404)</u>	<u>100.889</u>	<u>91.309</u>

(*) Mais valia está relacionado a aquisição do controle da empresa Urbeluz Energética S.A. referente a composição da carteira de clientes e o intangível, considerado no cálculo da "mais valia" na aquisição de mais 31,63% da Companhia, ficando a Conasa com 50% de participação e com controle na administração;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(**) A taxa de amortização do ativo intangível relacionados às concessões está baseada nos prazos dos contratos de concessão, dado que o investimento será remunerado ao longo do período, ou pelo prazo de vida útil, caso este seja menor que o período da concessão. A apresentação está sendo realizada da taxa média de amortização, sendo composta por 3,88% da companhia Águas de Itapema e 2,65% da companhia Águas de Santo Antônio. 3528

A companhia não possui saldos de infraestrutura cedidos pelo poder concedente.

(b) Movimentação do intangível

	Consolidado				Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reclassificação	Amortização	
Ativo Intangível de concessão:					
Obras em Andamento (Itapema)	14.660	-	(14.660)		-
Em serviço (Águas de Itapema)	67.135	5.602	14.660	(5.048)	82.349
Infraestrutura de concessão (Santo Antônio)	5.567	45	-	(275)	5.337
	87.362	5.647	-	(5.323)	87.686
Mais valia ativos das investidas:					
Urbeluz	3.947	9.256	-	-	13.203
	3.947	9.256	-	-	13.203
	91.309	14.903	-	(5.323)	100.889

▪ Serviços de construção

	31/12/2015	30/12/2014
Receita de construção	3.953	11.500
Custo de construção	(3.953)	(11.500)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A companhia não possui margem de lucro sobre os serviços de construção.

15. Ativo financeiro

A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão administrativa, nas quais há contraprestação paga diretamente pelo poder concedente, como ativos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição

	Consolidado		
	31/12/2015		
	Alegrete	Cargagua Luz	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições (receita de construção)	-	3.151	3.151
Recebimento através da CIP	-	(595)	(595)
Saldo final	-	2.556	2.556
TRAF (*)	19% a.a.	10% a.a.	
Circulante			2.556

b. Serviços de construção

	31/12/2015
Receita de construção	3.151
Custos de construção	(3.151)
	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

c. Contraprestação

A contraprestação é a remuneração paga pelo poder concedente em decorrência dos contratos de concessão administrativa e PPPs ao concessionário. Esta remuneração, por característica, inclui parcela de remuneração e amortização do ativo financeiro, vinculada aos investimentos realizados, e parcela de remuneração dos serviços prestados pela concessionária, como operação e manutenção da infraestrutura concessionada. A Companhia e suas controladas bifurcam a contraprestação entre a parcela de amortização do ativo financeiro e a receita bruta de prestação de serviços com base em estimativas, vinculadas ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão, e revisa as anualmente.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2015</u>
Alegrete	
Contraprestação	19.224
(-) Parcela para Amortização do Ativo	-
(=) Receita Bruta	<u>19.224</u>
	<u>31/12/2016</u>
Caraguá	
Contraprestação	11.616
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(631)
(=) Receita Bruta	<u>10.985</u>
	<u>31/12/2016</u>
Consolidado	
Contraprestação	30.840
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(631)
(=) Receita Bruta	<u><u>30.209</u></u>

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

(a) Composição

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e debêntures, estruturadas na modalidade de project finance, securitizando o fluxo de caixa da Companhia e suas Controladas. Além disso, conta com financiamentos bancários de capital de giro e financiamentos de equipamentos através da linha FINAME.

Empréstimos e financiamentos	Vencido final	Taxa efetiva anual	Controladora			
			31/12/2015		31/12/2014	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Capital de Giro - Pré	set/14	20,98%	-	-	386	-
Financiamentos máquinas e equipamentos - Finame	nov/18	6,99%	3	688	2	-
			<u>3</u>	<u>688</u>	<u>388</u>	<u>-</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e financiamentos	Vencido final	Taxa efetiva anual	Consolidado			
			31/12/2015		31/12/2014	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Capital de giro - PRÉ	nov/14	20,98%	-	-	386	-
Outros empréstimos e financiamentos		12,00%	943	282	492	-
Debentures (Conasa SPE) - IGP-M	jun/24	8,75%	2.130	11.451	993	11.187
Debentures (Urbeluz) - IGP-M	jul/15	9,32%	3.178	-	-	-
Empréstimos Execução Obras		12,00%	5.386	-	-	-
Capital de giro - CDI (Urbeluz)	dez/18	5,80%	4.538	9.079	-	-
Cédula de crédito bancário (Itapema) IGP-M	nov/21	10,50%	12.066	35.046	13.500	41.037
Cédula de crédito bancário (Santo Antônio) IGP-M	jun/19	9,50%	1.647	8.236	1.797	7.944
			<u>29.888</u>	<u>64.094</u>	<u>17.168</u>	<u>60.168</u>
Arrendamentos mercantis financeiros						
Finame - PRÉ (Urbeluz)	abr/19	8,81%	105	-	-	-
Leasing - PRÉ	dez/15	22,08%	4	688	4	-
			<u>109</u>	<u>688</u>	<u>4</u>	<u>-</u>
			<u>29.997</u>	<u>64.782</u>	<u>17.172</u>	<u>60.168</u>

(b) Amortização da dívida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2016	3	388	29.997	17.172
2017	231	-	13.802	13.802
2018	457	-	13.802	13.802
2019	-	-	13.802	13.802
Após 2019	-	-	23.376	18.762
	<u>691</u>	<u>388</u>	<u>94.779</u>	<u>77.340</u>
Circulante	3	388	29.997	17.172
Não circulante	688	-	64.782	60.168

(c) Garantias dadas

Os empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas e aplicações financeiras.

(d) Debêntures Conasa-SPE S.A.

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000, sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). Elas estão garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2014, parte destas debêntures foram escrituradas.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

(e) Debêntures Urbeluz Energética S.A.

Em 03 de junho de 2014, a Companhia emitiu 1 debênture conversível em ação ao valor nominal de R\$ 1.443, remunerada ao 1% ao mês. Além da remuneração prevista, o titular da debênture fará jus a um prêmio fixo no valor total de R\$ 2.273.

A debenture e o prêmio serão amortizados em duas parcelas semestrais, cuja, o vencimento final será em 29 de maio de 2015.

Em 02 de março de 2015, através ata da assembleia geral debenturista, foi aprovado a realização das seguintes alterações nas características da debenture:

Postergação do vencimento da debenture para 27 de julho de 2015

Os juros remuneratórios de 1% ao mês serão computados a partir de 05 de março de 2015. A amortização da debênture passa a ser realizada em parcelas fixas, a se iniciar em 5 de março de 2015. A remuneração será paga juntamente com as amortizações do principal. Aumento no valor do prêmio, que passará a ser de R\$ 2.655, a ser pago em 6 parcelas mensais, nas mesmas datas de pagamento da amortização do principal.

Em 31 de dezembro de 2015, quatro parcelas (amortização e bônus) estavam pendentes de pagamento, todas devidamente atualizadas de acordo com o que dispõe os acordos entre as partes.

A seguir a amortização da dívida:

Vencimento em	Conasa-SPE	Urbeluz
2016	2.129	3.178
2017	2.129	-
2018	2.129	-
2019	2.129	-
2020	2.129	-
2021	2.129	-
Após 2021	807	-
	<u>13.581</u>	<u>3.178</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores - Saneamento básico	-	-	2.411	2.240
Fornecedores - Iluminação pública	-	-	7.267	-
Fornecedores - Saneamento ambiental	-	-	1.158	2.166
Fornecedores - Outros	768	234	769	234
	<u>768</u>	<u>234</u>	<u>11.605</u>	<u>4.640</u>

18. Encargos tributários a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
PIS e COFINS a recolher	89	34	2.121	1.809
Retenção de impostos	83	94	1.207	1.182
Impostos de renda e Contribuição Social	78	75	2.214	1.288
IRRF sobre salários	-	18	-	18
ISS a recolher	12	-	1.038	6
Impostos diferidos	-	-	1.511	211
	<u>262</u>	<u>221</u>	<u>8.091</u>	<u>4.514</u>

19. Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários e encargos sociais	329	185	1.407	1.253
Férias e encargos sociais	315	273	1.319	624
Irrf sobre salários, 13º e férias	30	-	479	91
Contribuição Sindical / Assistencial	-	1	27	9
	<u>674</u>	<u>459</u>	<u>3.232</u>	<u>1.977</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Parcelamento previdenciário	65	91	102	99
Parcelamento federal	45	35	638	283
Parcelamento do Refis da Crise	147	-	670	61
	<u>257</u>	<u>126</u>	<u>1.410</u>	<u>443</u>
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	-	-	493	57
Parcelamento federal	124	151	1.692	205
Parcelamento do Refis da Crise	1.912	1.857	8.243	7.420
	<u>2.036</u>	<u>2.008</u>	<u>10.428</u>	<u>7.682</u>
	<u>2.293</u>	<u>2.134</u>	<u>11.838</u>	<u>8.125</u>

Em 22 de agosto de 2014, a Companhia e suas Controladas Companhia Águas de Itapemas e Sanetrat Saneamento S.A., aderiram ao "Refis da Crise", instituído pela lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014 e alterado pela medida provisória nº 651 de 9 de julho de 2014. Em 25/09/2015 foram consolidados os débitos de tributos apenas controlados pela receita federal e procuradoria da receita federal, os previdenciários a Receita Federal ainda não publicou a data da consolidação dos débitos.

21. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Sanesalto Saneamento S.A.	-	5.286	-	5.286
Sanetrat Saneamento S.A.	-	80	-	80
Outras contas a pagar	-	10	87	54
	<u>-</u>	<u>5.376</u>	<u>87</u>	<u>5.420</u>

22. Provisão para contingências

Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Saldos patrimoniais

		Consolidado			
		31/12/2015			
		Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda					
Provável		2.052	2.982	352	5.386
		2.052	2.982	352	5.386

		Consolidado			
		31/12/2014			
		Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda					
Provável		1.451	1.001	-	2.452
		1.451	1.001	-	2.452

(b) Movimentação

		Consolidado			
		Tributário	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014		-	1.451	1.001	2.452
Adições		352	601	1.981	2.934
Saldo em 31 de dezembro de 2015		352	2.052	2.982	5.386

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

Ações tributárias

Referem-se ao débito de ISS sobre as prestações de serviços realizados até maio de 2009 pelo Consórcio Construtor Catarinense mediante o contrato de empreitada global vigente entre as partes e a prefeitura municipal de Itapema considera a Companhia devedora solidária. No entanto, a companhia entrou com um recurso em 2012 e em 2015 conseguiu diminuir o saldo existente. A dívida continua em processo de execução, mas sem perspectiva de cobrança, no qual os assessores legais entendem que há probabilidade de perda possível em relação ao processo.

Ações cíveis

Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas de consumidores.

Ações trabalhistas

Na Urbeluz, a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R\$ 2.291 em processos cíveis, R\$ 863 em processos trabalhistas e 1.589 em processos tributários, considerados como perdas possíveis.

23. Patrimônio Líquido

(a) Capital social subscrito e integralizado

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 158.187, representado por 158.187.034 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Infra Saneamento Fundo de Investimento em Participações	158.187.034	100%	141.584.354	100%
	158.187.034	100%	141.584.354	100%

Em 28 de dezembro de 2015 o acionista controlador aumentou o capital social da Companhia de R\$ 141.584 para R\$ 158.187, mediante subscrição e integralização de 16.602.680 (dezesseis milhões, seiscentos e dois mil, seiscentos e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, equivalentes a R\$ 16.603. As integralizações foram realizadas com recursos decorrentes da transferência de 7.508 (sete mil, quinhentas e oito) debêntures emitidas pelas Sanesalto, no valor de R\$ 13.818 e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, no valor de R\$ 2.785, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

(b) Reserva de retenção de lucros

Conforme a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) artigo 196, a Administração da Companhia, de acordo com o orçamento do capital, propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos no montante de R\$ 4.363, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, em 31 de dezembro de 2015 do lucro líquido do exercício fora destinado a reserva legal o montante de R\$ 299.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(d) Dividendos mínimos obrigatórios e Reserva especial de lucros

A Companhia reconheceu o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 1.421.

	<u>31/12/2015</u>
(=) Lucro líquido do exercício	21.953
(-) Compensação de prejuízos acumulados	(15.971)
(-) Constituição da reserva legal (5% do lucro líquido)	<u>299</u>
(=) Lucro base para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	5.683
(=) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>1.421</u></u>

24. Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de serviços (saneamento)	-	-	44.767	39.030
Receita bruta de serviços (energia)	-	-	61.459	-
Receita de obras de engenharia	8.709	9.370	14.999	12.757
Receita de construção (saneamento)	-	-	13.880	11.500
Receita de locação de veículos	99	81	99	81
Receita de locação de equipamentos	183	263	183	263
Receita não faturada	-	-	-	(543)
Cancelamentos	-	-	(4.381)	(545)
Impostos sobre prestação de serviços	-	(523)	(7.206)	(2.477)
	<u>8.991</u>	<u>9.191</u>	<u>123.800</u>	<u>60.066</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custos com pessoal	(2.389)	(2.165)	(11.473)	(5.590)
Custos com materiais e insumos	(891)	(349)	(19.405)	(1.661)
Custos com produtos químicos	(37)	(46)	(1.016)	(1.235)
Custos com serviços de terceiros	(1.133)	(1.402)	(3.451)	(4.604)
Custos com amortização	-	-	(5.323)	(4.905)
Custos com energia elétrica	-	-	(16.428)	(1.750)
Custos com construção (*)	-	-	(13.880)	(11.500)
	<u>(4.450)</u>	<u>(3.962)</u>	<u>(70.976)</u>	<u>(31.245)</u>

(*) Custo de construção reconhecida conforme CPC 17 e ICPC 01, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões.

26. Despesas administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas administrativas				
Com pessoal	(2.309)	(1.728)	(7.296)	(4.446)
Com serviços de terceiros	(4.455)	(7.792)	(9.923)	(10.947)
Com viagem	(952)	(820)	(1.604)	(1.051)
Com locação	(663)	(1.095)	(1.549)	(1.701)
Com depreciação	(222)	(263)	(1.010)	(340)
Outras despesas	(2.047)	(1.348)	(5.391)	(1.906)
	<u>(10.648)</u>	<u>(13.046)</u>	<u>(26.773)</u>	<u>(20.391)</u>
Despesas comerciais				
Com pessoal	-	-	(671)	-
Propaganda e publicidade	(600)	-	(808)	(376)
Provisões contingenciais	-	-	(471)	(3.050)
Outras despesas	(102)	-	(821)	(81)
	<u>(702)</u>	<u>-</u>	<u>(2.771)</u>	<u>(3.507)</u>
	<u>(11.350)</u>	<u>(13.046)</u>	<u>(29.544)</u>	<u>(23.898)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras receitas				
Mais valia na aquisição (a)	19.917	16.377	19.917	16.377
Outras receitas	875	-	3.075	1.923
	<u>20.792</u>	<u>16.377</u>	<u>22.992</u>	<u>18.300</u>
Outras despesas				
Perdas com investimentos	(41)	-	(41)	-
Multas	-	-	(64)	-
Outras despesas	-	-	(1.276)	(286)
	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>(1.381)</u>	<u>(286)</u>
	<u>20.751</u>	<u>16.377</u>	<u>21.611</u>	<u>18.014</u>

(a) Compra vantajosa gerada através da combinação de negócio das adquiridas, vide nota explicativa nº 12.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(115)	(89)	(11.896)	(13.407)
Despesas bancárias	(27)	(14)	(2.757)	(514)
Juros tributários	(241)	(584)	(2.178)	(1.619)
Outras despesas financeiras	(25)	(179)	(1.301)	(340)
	<u>(408)</u>	<u>(866)</u>	<u>(18.132)</u>	<u>(15.880)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	357	1	892	531
Juros sobre faturamento	-	-	176	430
Desconto obtido	2	-	9	9
Rendimento sobre cédula de crédito imobiliário	-	-	-	2.689
Rendimento sobre títulos de dívidas	-	-	-	1.640
Outras receitas financeiras	60	-	4.880	354
	<u>419</u>	<u>1</u>	<u>5.957</u>	<u>5.653</u>
	<u>11</u>	<u>(865)</u>	<u>(12.175)</u>	<u>(10.227)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Imposto de renda e contribuição social (reconciliação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro real				
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	5.511	-
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	-	-	1.874	-
Reconciliação para despesas efetivas:				
Despesas não dedutíveis	-	-	(399)	-
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-	(2.273)	-
Taxa efetiva	-	-	41,24%	0,00%
Lucro presumido				
Vendas brutas	309	344	309	344
Serviços prestados	9.194	9.370	80.229	63.287
(=) Base de Presunção	9.503	9.714	80.538	63.631
Presunção lucro para IRPJ 32 e 8%	835	859	9.327	6.372
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	352	151	766	580
Base tributável	1.187	1.010	10.093	6.952
IRPJ apurado 15%	(178)	(152)	(1.514)	(1.043)
Adicional do IRPJ	(95)	(64)	(265)	(172)
Total IRPJ apurado	(273)	(216)	(1.779)	(1.215)
Presunção lucro para CSLL 32% e 12%	1.202	1.234	10.230	8.304
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	352	151	766	580
Base tributável	1.554	1.385	10.996	8.884
CSLL apurada	(140)	(125)	(990)	(800)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(413)	(341)	(2.769)	(2.015)
Total	(413)	(341)	(5.042)	(2.015)

30. Resultado por Ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do período.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (Prejuízo) Líquido	25.548	10.000
Lucro atribuído a não controladores	3.595	(129)
Resultado atribuível aos acionistas	21.953	10.129
Quantidade de Ações	158.187.034	141.584.354
Lucro por Ação	0,1388	0,0715

31. Segmentos Operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica de contrato, além da relevância das receitas de cada segmento.

Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de concessões de saneamento básico, gestão de iluminação pública sob regime de concessão administrativa e fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental.

O setor de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti e Águas de Santo Antônio são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões. Nos exercícios de 2014 e 2015, a Companhia também realizou operação de sistemas de água e esgoto municipais, em regime de contratação emergencial.

O setor de iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas ("PPP") e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2015, a Urbeluz detinha participação em duas PPP. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetrat, e remediação de solo e serviços de engenharia ambiental, atividade realizada pela Envimax.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico.

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são as seguintes:

	Receitas Líquidas		Lucro Operacional	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saneamento Básico	53.590	56.840	25.086	20.147
Iluminação Pública	59.484	-	11.318	-
Saneamento Ambiental	3.949	2.924	629	2.184
Outros	6.777	302	7.126	700
	<u>123.800</u>	<u>60.066</u>	<u>44.159</u>	<u>23.031</u>

	Depreciação e Amortização		Total do Ativo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saneamento Básico	(5.264)	(5.031)	211.946	197.066
Iluminação Pública	(616)	-	59.781	4.647
Saneamento Ambiental	(231)	(147)	13.774	3.282
Outros	(222)	(67)	36.443	29.970
	<u>(6.333)</u>	<u>(5.245)</u>	<u>321.944</u>	<u>234.965</u>

32. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Contudo, durante o exercício de 2015 e início de 2016, e vigentes em datas variáveis em 2016, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. A seguir, os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Sanetrat		
Estação de tratamento de esgoto	300	-
	<u>300</u>	<u>-</u>
Aguas de Itapema		
Estação de tratamento de esgoto	17.250	9.642
Estações de tratamento de água	16.105	9.002
Estações elevatórias de esgoto	4.080	2.281
Sede Administrativa	1.500	838
Almoxarifado - anexo a sede administrativa	2.000	1.118
Almoxarifado - bairro Morretes	1.500	838
Lagoa de captação de água bruta	500	279
	<u>42.935</u>	<u>24.000</u>
Urbeluz		
Responsabilidade civil	52.061	-
Impacto de veículo e queda de aeronaves	300	-
Responsabilidade civil do empregador	126	-
	<u>52.487</u>	<u>-</u>
	<u>95.722</u>	<u>24.000</u>

33. Instrumentos financeiros

(a) Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

(b) Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria		Controladora			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	644	644	19.479	19.479
Contas a receber	Custo Amortizado	524	524	268	268
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	90.487	90.487	85.915	85.915
Títulos de valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	13.818	13.818	-	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	768	768	234	234
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	691	691	388	388
Partes relacionadas	Custo amortizado	5.586	5.586	100	100
Categoria		Consolidado			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	5.012	5.012	20.294	20.294
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	27.648	27.648	5.211	5.211
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	2.556	2.556	-	-
Títulos de valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	62.916	62.916	47.665	47.665
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	17.177	17.177	14.176	14.176
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	11.605	11.605	4.640	4.640
Empréstimos e financiamentos e Debentures	Custo amortizado	94.779	94.779	77.340	77.340
Partes relacionadas	Custo amortizado	540	540	134	134

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

(c) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado - Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

	Risco	Saldo em risco	Cenários		
			Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Ativo financeiro					
Outros investimentos	Redução da taxa CDI	644	72	(18)	(36)
Debêntures Sanesalto	Redução da Taxa IGPM	26.966	2.842	(711)	(1.421)
Sanetrat CCI	Redução da taxa IGPM	31.689	3.340	(835)	(1.670)
		<u>59.299</u>	<u>6.254</u>	<u>(1.564)</u>	<u>(3.127)</u>
Passivo financeiro					
Finame	Aumento na taxa TJLP	691	(22)	(5)	(11)
Debêntures - Conasa SPE	Aumento na taxa IGPM	13.581	(1.431)	(358)	(716)
		<u>14.272</u>	<u>(1.453)</u>	<u>(363)</u>	<u>(727)</u>

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, a Administração julga como risco baixo, pois possuem apenas um cliente, e este é fundamentado por contrato de prestação de serviços com recebíveis mensais fixos;

Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

34. Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Conasa - Primeiramente, a Administração destaca a Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 05 de setembro de 2016, aprovando a ampliação do objeto social da empresa para investimento em infraestrutura em geral. Além disso, foi autorizado o registro da Companhia na Categoria A, conforme Instrução CVM 480, e respectivo registro no ambiente denominado BOVESPA MAIS da BM&FBOVESPA.

Conasa - Em 24 de janeiro de 2017 em Assembleia Geral cuja Ata foi levada a registro na Junta Comercial do Paraná a denominação da Companhia foi alterada para CONASA Infraestrutura S.A. e o seu Capital Social foi aumentado em R\$ 4.500 (quatro milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 162.687 (cento e sessenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, trinta e quatro reais) pela integralização de ações INFRA Saneamento Fundo de Investimentos em Participações.

Águas de Itapemas - A Águas de Itapema firmou, conforme divulgado, 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que estabeleceu o reequilíbrio econômico financeiro e as obrigações de investimento da concessionária. O reequilíbrio impactou em um reequilíbrio tarifário de cerca de 23% e a obrigação da empresa investir R\$ 504 milhões nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais.

A totalidade do processo de reequilíbrio foi conduzido pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina, agência reguladora delegada pelo município, acompanhada pelo Tribunal de Contas do Estado, poder concedente e concessionária. Essa alteração contratual se deu com base na Resolução ARIS nº 025/2015, dentro do Processo Administrativo nº 109/2015, e a vigência desse novo arranjo contratual se iniciou em 1 de janeiro de 2016.

Posteriormente e de forma unilateral, sem a interveniência do Poder Concedente e da concessionária, a ARIS pretendeu alterar parte do Contrato de Concessão pela edição de duas outras resoluções a de nº 003/2016 e a de nº 006/2016, desequilibrando unilateralmente o contrato de concessão, o que é vedado pela Lei de Concessões (Lei 8987/95) e pelo Marco Regulatório de Saneamento (Lei 11445/07). A Águas de Itapema contestou perante o judiciário as pretendidas alterações tarifárias, em clara ofensa a princípios Constitucionais e do Direito Administrativo. Permanece válido o 2º Termo Aditivo firmado.

Em 05 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, previstas no Plano Municipal de Saneamento e orçadas em R\$ 11.841, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. Para desenvolvimento do objeto do referido contrato, a Conasa estabeleceu direito de uso de superfície em favor do FII e foi por este contratada em regime de empreitada global para execução das obras de implantação, com previsão de término em dezembro de 2017, além de figurar como fiadora do contrato de locação.

Águas de Itapema - Em 25 de janeiro de 2017 foi publicado o Termo de Convênio nº 012/2017/ARESC firmando entre o município de Itapema e a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC, tendo por objeto a delegação pelo Município à ARESC as questões afetas a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico. Esse convênio está em linha com a Lei 11.445 de 5 janeiro de 2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. A Companhia entende que com o reestabelecimento da regulação estão colocadas as condições para apresentação à Reguladora de pleito para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão para recompor o status quo ante à restrição imposta à cobrança de tarifa sazonal incidente sobre os grandes consumos no período de verão (dezembro a fevereiro). No exercício de 2016 o faturamento bruto da Companhia Águas de Itapema foi reduzido de R\$ 2.212. Os efeitos dessa redução persistirão no exercício de 2017 e serão relatados adequadamente nas demonstrações trimestrais.

A Águas de Itapema obteve aprovação para financiamento junto ao BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no montante de R\$ 13.200, juros remuneratórios de TJLP + 7,4% a.a. e 240 meses de prazo. Em 16 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a concessão de garantia fidejussória Águas de Itapema para contrair empréstimo junto ao para suportar o Plano de Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Itapema.

Águas de Santo Antônio - Em 12 de janeiro de 2017, o município de Santo Antônio de Pádua, mediante o Decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio S/A.A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, ingressou com Ação Declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município de Santo Antônio de Pádua.

A Companhia espera lograr êxito na Ação Declaratória, retomando a concessão. Em caso de insucesso da Ação, a Companhia buscará indenização pelos investimentos realizados e pelas perdas e danos.

Sanetrat - Em 28 de julho de 2016, a Companhia capitalizou o aporte para futuro aumento de capital realizado na Sanetrat, através da elevação do capital social para R\$ 40.648.

Sanesalto - Em 23 de maio de 2016, a Companhia recebeu 37.521 ações, correspondentes a 1,87% do capital social, da Sanesalto, via cessão não onerosa de antigos membros do conselho e diretores.

Marabá Luz - Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor.

Marabá Luz - Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Ação Declaratória solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

Mauá Luz - Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previsto investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350. A Companhia detém 20% do consórcio vencedor.

NOVOS NEGÓCIOS - Em fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu 34% das ações da ASB Ativos Saneamento do Brasil S.A., empresa controladora da Sanema Saneamento de Maceio Ltda. A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceio-AL com a CASAL Companhia de Saneamento de Alagoas. O contrato terá duração de 32 anos com entrega da infraestrutura em 2 anos e consequente locação dos bens à CASAL por 30 anos. A ordem de serviço foi recebida pela Sanema em novembro de 2017.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia participou do processo de concessões de rodovias do Estado do Mato Grosso, como líder do Consórcio Via Brasil (40% de participação). O Consórcio arrematou, em leilão organizado pela B3, a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2).

A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R\$ 16 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R\$ 351 milhões (Lote 1) e R\$ 515 milhões (Lote 2). O Consórcio espera a promulgação do resultado e assinatura do contrato no 1º semestre de 2018.

PRT e PERT - Em 30 de maio de 2017, a Companhia e as investidas entraram no PRT - Programa de Regularização Tributária, com a inclusão de tributos, parcelados ou não, vencidos até 30 de novembro de 2016, com a redução de multas e juros e utilização de prejuízos fiscais.

Em 15 de novembro de 2017, com o advento do PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, as empresas do grupo fizeram a adesão ao programa, migrando parcela do PRT, podendo incluir todos os débitos vencidos até 30/04/2017 inclusive os previdenciários, bem como compensando com o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente.

Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório de revisão dos auditores independentes.

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria executiva

- Diretor Presidente: Mario Vieira Marcondes Neto;
- Diretor Administrativo Financeiro: Manoel Motta Netto;
- Diretor de Operações: César Ferreira de Menezes;
- Diretor de Relações com Investidores: Paulo Guida.
- Contador: Isaac do Nascimento - CRC PR 043.806/O-1

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/O-1